O POVO DE AVEIRO

Semanario republicano

PROPRIETARIO E DIRECTOR Francisco Manuel Homem Christo

ANNO XXIX

Assignaturas, pagamento adeantado
Aveiro, anno, 1$200. Semestre, 600 reis. Fóra d'Aveiro: Portugal e colonias, anno, 1$300. Semestre 650. Extrangeiro, 2$500.

Redacção e administração—Rua d'Arnellas—AVEIRO

AVEIRO, 27 DE FEVEREIRO DE 1910

Publicações
No corpo do jornal: a linha 40 reis. Annuncios (quarta pagina) cada linha 20 reis. Permanente mediante contracto.

Composto e impresso na Typographia do *Povo de Aveiro*.

Nº 1:349

Factos & Criticas

Acabámos de ver como, patrioticamente e democraticamente, tentámos levar a quadrilha republicana a sobrepôr os interesses da democracia e da patria aos seus ignobeis interesses de facção. Como foram inuteis todos os nossos conselhos e avisos. A forma estupida, repugnante, vil, como essa quadrilha, do primeiro ao ultimo dia do governo João Franco, procedeu. Como o unico recurso é trata-la como se tratam todas as quadrilhas: *a ferro e a fogo*.

Mas fóra do campo *rigorosamente* politico, fóra da acção *restricta* dos partidos, como nós entendemos politica e partidos em Portugal, que é um jogo mesquinho de habilidades e de *trucs*, o partido republicano exerceu alguma acção social? Defendeu algum problema de sociologia? Trouxe a debate, e sustentou n'esse campo, alguma das grandes questões nacionaes? Zelou honradamente, contra os interesses dos muitos syndicatos e oligarchias que dominam o paiz, os interesses populares? Não. Foi ahi o que foi no mesquinho e miseravel taboleiro partidario. Fez o jogo dos syndicatos e das oligarchias contra o jogo popular e democratico. Poz os interesses da democracia e do povo abaixo dos interesses dos tyrannos e exploradores do povo. Desprezou profundamente o povo, que ahi, como em tudo e como sempre, não foi senão um pretexto, senão um instrumento dos grandes miseraveis.

Ha dias alguem escreveu-nos a dizer-nos que preferia o Homem Christo da doutrina ao Homem Christo do combate. O scientista ao polemista. O apostolo da instrucção ao luctador que derriba homens e partidos. O propagandista do bem e dos grandes sentimentos humanos, que agitava idéas e debatia os problemas que interessam á patria e á humanidade, ao homem que se occupa somente de desmascarar individuos e facções.

Preferia? Tambem nós. O auctor da carta em questão escreve que está certo de que concordamos com elle. Concordamos, sim senhor. Não se enganou. Mas diga-nos: O que faz o senhor a um rato que lhe broca os queijos? A's raposas que lhe comem as gallinhas? Aos lobos que lhe assaltam os rebanhos? A's toupeiras que lhe minam as culturas? Aos parasitas que lhe comem os vegetaes e lhe destroem o arvoredo?

Eu concordo, sim senhor. Mas nem por isso deixo de admirar que os senhores vejam só um aspecto da questão. Os senhores veem tudo só por um prisma. O do affecto. O da tendencia natural de cada um. O dos impetos do temperamento ou o da attracção dos prazeres do espirito. Quando não seja o do impeto grosseiro da conveniencia ou da paixão.

De que vale a obra d'um homem, seja elle agricultor, seja elle industrial, seja elle poeta, estadista, jornalista, homem d'estado ou philosopho, quando se agrupam quadrilhas, parasitas, elementos de qualquer ordem para o destruir a elle ou destruir a sua obra?

O senhor faz queijos. Se não destruir os ratos que lhe comem os seus queijos, que resulta do seu esforço? Que resulta do seu trabalho? O senhor cria gallinhas, perús, patos, gansos, ou rebanhos. De que vale, se não destruir as raposas e os lobos que lhe comem isso tudo? De que lhe serve lavrar a terra, se parasitas, roedores, ou bandidos saltarem n'ella, ou nas culturas, a destruir tudo? De que lhe serve a sua fabrica, se os operarios lhe exigirem maior salario do que o que o senhor lhes pode dar, ou na exaltação do seu odio *ao burguez* lhe destruirem os mechanismos ou lhe deitarem fogo á casa?

O problema da instrucção estava posto de parte, ou esquecido em Portugal, quando eu o agitei. Agitei a questão, doutrinando e ensinando. Com a tenacidade que é propria do meu temperamento, e com as qualidades de polemista com que a natureza me dotou, eu escrevi em dezenas de jornaes, sahindo a campo a todos quantos combatiam o meu pensamento ou contrariavam a minha obra. Eu ensinei nos quarteis, exercendo a par da missão de official a missão de mestre escola. Eu quiz levar o exercito a essa missão duplamente meritoria, duplamente patriotica, e demonstrei não só que era possivel mas que era, até, relativamente facil. Não contente d'exercer a missão de mestre escola, d'estudar methodos d'ensino elementar, de defender a vantagem, a enorme vantagem de se espalhar no paiz a instrucção popular, eu tratei com cuidado a instrucção secundaria e até alguma coisa d'util escrevi sobre a instrucção profissional e a instrucção superior. Eu tratei a questão do pão, em especial, e a da alimentação publica, em geral, em centenas d'artigos. Eu tratei a questão do alcoolismo. Eu tratei a questão do feminismo. Eu ataquei todos os monopolios. Eu fui contra todos os syndicatos d'exploração. Eu fui contra o espirito reaccionario na agricultura, na industria, no commercio, no professorado, no exercito, em tudo. Diz o meu correspondente que os bandidos não estão só na politica. Que reaccionarios não são só os politicos. E' exacto. E' exactissimo. Mas o orgão do banditismo é o politico. Mas a funcção reaccionaria é a politica.

Eu fui contra tudo isso. Quem foram os meus inimigos? Quem inutilisou a minha obra? Quem, dizendo-se amigos do povo, foram os peores inimigos do povo? Quaes foram, dizendo-se democratas, os jornaes inimigos da democracia? Os republicanos. E quem melhor synthetisa hoje em Portugal o espirito politico? Os republicanos. Logo, a primeira obra d'alcance a executar, a primeira obra de senso, de patriotismo, de democracia, é destruir o espirito d'especulação, d'exploração, de charlatanice, de hypocrisia, de mentira, de banditismo, que representam entre nós os partidos em geral e o partido republicano em especial.

Esta é a grande obra de progresso, de civilisação, d'educação, a grande obra nacional a fazer n'esta terra desgraçada. Quem a não fizer, não faz nada. Quem não vir as coisas assim, não vê nada. Quem trocar por outro esse objectivo, anda a fazer obra para os lobos comerem ou para os ratos roerem. Obra vã. Edificio construido sobre alicerces d'areia ou de lama.

Ninguem pode construir n'uma floresta, seja um edificio, seja um parque, seja uma estrada, seja uma cidade, sem primeiro destruir, no todo ou em parte, a floresta. Ninguem pode cultivar uma terra cheia d'ortigas, sem primeiro arrancar as ortigas. Para viver onde vivem feras, a primeira condição é afugentar ou destruir as feras. Isto é elementar. E parece impossivel que haja algum espirito lucido que o não veja ou que o conteste.

Ha quem viva em focos pestiferos. Mas nunca d'esses focos surgirá uma população sadia, vigorosa, capaz de vida longa, intensa, progressiva. Um ou outro vive com saude á beira d'um pantano. O geral definha ou succumbe.

O primeiro trabalho a fazer na sociedade portugueza é arrancar ortigas e matto damninho. E' devastar florestas que acolhem viboras, reptis, parasitas e venenos de toda a especie. E' agarrar n'um machado ás mãos ambas e cortar com valentia.

O partido republicano nada fez em sentido restrictamente politico e nada fez em sentido social. O partido republicano não fez o menor esforço para arrancar as multidões da sua miseria moral, intellectual e material. Deixou-as sob o peso de todas as oligarchias, de todos os monopolios, de todos os syndicatos.

Nunca fez uma campanha, grande ou pequena, séria, intelligente propaganda, sequer, a favor da instrucção elementar, da instrucção secundaria, ou da instrucção superior. Para que parte da sua imprensa frouxamente me acompanhasse no meu proposito d'estabelecer o ensino por companhias no exercito, foi preciso usar junto d'ella d'influencias pessoaes. Pedir aos jornalistas, como quem pedia um favor individual.

Ninguem, mais do que nós, escreveu sobre o regimen cerealifero, sobre os abusos de lavradores, moageiros e padeiros, dos quaes tem derivado e deriva a carestia, a espantosa carestia do pão em Portugal. Nem uma palavra á imprensa do partido republicano, os seus deputados, os seus conferentes teem dicto a tal respeito. Nem uma palavra! Silencio absoluto.

Nenhuma das grandes companhias de Lisboa e do Porto deixa de ter comprada a imprensa republicana, como de ha muito traziam comprada a imprensa monarchica. A imprensa republicana não diz uma palavra contra os abusos da companhia dos caminhos de ferro, da companhia dos americanos, da companhia das aguas e do gaz, mas, se a diz, é apenas para coagir essas companhias a comprarem-lhe o silencio a peso d'oiro. Uma infamia pegada!

Nunca houve uma campanha séria, continuada, intelligente, a favor da reforma de tantas leis absurdas, iniquas, tyrannicas, que inutilisam todo o espirito de iniciativa e todas as tentativas de verdadeira liberdade em Portugal.

A Boa Hora é uma monstruosidade. N'esse tribunal, como em outros, em nome da justiça se praticam os ultimos attentados. Nunca a imprensa republicana, nunca o partido republicano teve um impeto nobre de justiça e de verdade para pôr termo a essas poucas vergonhas revoltantes.

O partido republicano não fez a menor obra de educação, de reforma, de combate ás grandes poucas vergonhas nacionaes, d'utilidade social. Nada! Toda a sua obra é negativa. Toda a sua obra é d'indisciplina. E' de anarchia. E' de prostituição. E' d'immoralidade. Uma obra infame! Dissolveu, ou acabou de dissolver o espirito d'auctoridade, de familia, de solidariedade. Em tudo estabeleceu a revolta brutal, a duvida, a desconfiança, o descredito. Todos os meios lhe serviram para chegar ao seu fim. Uma obra infame! Infame! E quando um partido se apresenta, ao fim de quarenta annos de lucta, com um activo e um passivo de tal ordem, não só ha razão para se pedir que se lhe abra fallencia, como é uma ingenuidade, uma grande ingenuidade, não o declarar fallido fraudulentamente.

Penitenciaria, ou Costas d'Africa. Não se convence? Ainda leva a affronta e a infamia até ao ponto de se declarar cynicamente reformador, cynicamente redemptor?

A *ferro e a fogo*, como um bando de salteadores ou um enxame de vespas.

A ferro e a fogo!

Como dissémos no ultimo numero, Alpoim anda com vontade de se metter comnosco, mas *tem medo*. Não passa de facadinhas indirectas.

Assim, quando elle fala em *gazetas clericaes*, em jornaes *pagos pelos jesuitas*, quer dizer *Povo de Aveiro*. E' a gazeta que lhe doe mais, como a todos. E considerando-nos todos *desqualificado*, todos veem a campo, por aqui ou por alli, dar signal . . . de que estão feridos. E gravemente feridos!

No numero do *Primeiro de Janeiro* de 17 do corrente chegou quasi a arrancar a mascara completamente. Foi a proposito de Guerra Junqueiro.

"Agora, o odio dos jornaes chamados catholicos, que são pagos pelos jesuitas, voltou-se contra Guerra Junqueiro . . . . . Deixa-los insultar, a esses jornalistas clericaes! Deixa-los em plena liberdade sem perseguições ou vinganças."

Ora se foi do *Povo de Aveiro* que partiu o golpe contra Guerra Junqueiro, manifestamente o *Povo de Aveiro* é para o famoso Alpoim *jornal pago pelos jesuitas* e nós . . . *jornalista clerical*.

Lavre lá dois tentos, amigo Alpoim, que nos fez rir. Não nos zangámos, não. Não nos irritámos. E o Alpoim ganhou com isso.

Então com quê . . . jornalista clerical! O senhor é que papava as hostias. O senhor é que pedia ao papa dispensa de magro em dia de jejum e absolvição por se ter batido em duello. E o senhor é que é . . . o livre pensador! E nós é que somos . . . o clerical!

O senhor o que é é um refinadissimo intrujão. Mas está tão descoberto . . . que já não intruja ninguem. Nem gregos nem troyanos.

Quanto a sermos pago pelos jesuitas, só lhe dizemos que tomara o senhor que o *Dia* tenha metade da tiragem que tem o *Povo de Aveiro*.

O *Povo de Aveiro* não tem precisão de se vender a ninguem. E nós tão simples, e tão economico, que qualquer coisa nos chega para viver. Agora o senhor, crivado de dividas até aos olhos, e de grandes dividas, — acautele-se que lhe sabemos a historia — é que precisa d'estar vendido, como está, a Deus, ao Diabo e a todo o mundo.

A Deus, sim. Ainda o havemos de ver outra vez a papar hostias, a ajudar á missa, a pedir dispensa de magro e absolvição de duellos a sua santidade.

Que intrujão! Que intrujão!

Lembramos aos nossos agentes de venda, visto ser este o ultimo exemplar do POVO DE AVEIRO publicado em Fevereiro, que as liquidações se fazem até ao dia 5 de cada mez.

Os que não quizerem soffrer interrupção na remessa do POVO DE AVEIRO deverão ter liquidado até 5 de março a venda do mez de fevereiro.

Comprehendem todos muito bem que isto é indispensavel para regularidade da escripturação. Nenhum outro motivo nos leva a fazer esta advertencia.

BANDIDOS

Nos ataques dirigidos ao juiz d'instrucção criminal, está a melhor prova dos relevantes serviços, que elle tem prestado, e vem prestando, á causa da ordem publica em Portugal. Esses ataques só teem um fim: forçar o dr. Antonio Emilio d'Almeida Azevedo a abandonar o seu logar. Não haja a menor duvida a tal respeito.

Ao mesmo tempo que é esse o fim manifesto de toda a ignobil campanha das gazetas republiqueiras, e principalmente do orgão official da prostituição republicana, encobre ella o receio evidente do juiz d'instrucção criminal vir a descobrir . . . o resto. E no *resto* é que está a gravidade, a extraordinaria *gravidade das circumstancias*.

Imbecis, não o conseguirão. Cem vezes temos escripto, dicto, affirmado, que sendo tudo quanto ha de mais infame, esses maltrapilhos são, juntamente, tudo quanto ha de mais estupido. Basta ver-se a *allegação de loucura* com que pretendem *afundar em ridiculo* o dr. Antonio Emilio. Já mostrámos a chateza do documento firmado pelo *rei dos bandidos*, o *grande parlamentar*, a quem, mais propriamente, poderiam chamar o *grande charlatão*. Porque o é. Só n'este paiz de macacos esse miseravel poderia ser um *grande orador*, um *grande advogado*, um *grande parlamentar*. N'este paiz de histriões, de palhaços, d'imitadores pelintras, de macacos. Mas a chateza do documento não é nada a par do que será a demonstração de loucura feita sobre o dr. Antonio Emilio pelos *sabios* d'esta patria. Pretendendo *afundar em ridiculo* o juiz d'instrucção criminal, serão elles que darão ao paiz e ao mundo o espectaculo da mais indecorosa, da mais pulha, da mais vergonhosa charlatanice. Esses medicos — e é certo que Bombarda, pelo menos, se prestará a tudo quanto os pulhas quizerem — não se offerecerão ao paiz e ao mundo simplesmente como ridiculos. Offerecer-se-hão ao paiz e ao mundo como garotos repellentes. Não serão medicos. Serão garotos. Não serão homens de sciencia. Serão *maitres chanteurs* indecentes. Ha charlatães e charlatães. Ha charlatães de casaca, gravata lavada e unhas limpas. E ha charlatães cobertos de immundicie e de piolhos. Estes nossos são charlatães de piolhos. Esses directores de hospitaes d'alienados, que se prestam a passar attestado de loucura a um homem que praticou a *loucura* de descobrir os assassinos de Cascaes, e os *choças* que quizeram transplantar para Portugal o nihilismo russo, esses directores de hospitaes d'alienados que vêem no facto d'um juiz pôr a nú os balandraus e as mascaras da macacaria nacional que romanticamente procura resuscitar o carbonarismo das epochas em que a tyrannia dominava, d'esse juiz correr a pontapés, para fóra do edificio onde funcciona o juizo d'instrucção criminal, um gallego da imprensa, estupido e atrevido, grosseirão reles tomando por antonomasia o nome de reporter, esses directores de hospitaes d'alienados que vêem em tal facto, isto é, que por repugnante especulação politica se rebaixam, se degradam, se aviltam até ao ponto de ver n'isso uma manifestação de loucura, nem sequer são charlatães aceados que respeitam as leis do decoro ou guardam a apparencia da virtude. São rotos, são sujos, são mendigos d'estrada ostentando ao sol os piolhos e estendendo a perna chagada aos transeuntes. São uma affronta á sciencia. São a vergonha d'uma profissão. São o aviltamento d'uma terra. Cobrem d'opprobrio, novamente, este paiz. Novamente farão com que a Europa, com que o mundo, desvie de cima de nós os olhos com desprezo, com aborrecimento, com nojo. Um povo assim não é digno da civilisação. Não se pode dizer civilisado. Não pode ser admittido á communhão de progresso dos povos cultos. E' um povo de maltrapilhos. E' um escarro humano. E', á face da humanidade, um vilipendio.

Se n'este paiz houvesse a menor seriedade, ha muito que esse Bombarda, esse energumeno, por todos os titulos indigno do logar que occupa, transmudado de director de hospital d'alienados em dentista, bramando contra o fanatismo religioso, de que foi servo obediente, e, afinal, para não perder os habitos e as tradições, farricoco de cortejos civicos, familiar da nova inquisição do livre pensamento, tão tyrannica como a outra, ha muito que esse gato pingado da santa egreja *libaral* teria sido expulso d'um logar inteiramente incompativel com meninos de côro e enxota cães de qualquer culto. Mas se n'este paiz houvesse, ao menos, o instincto de conservação que nem falta aos irracionaes, esse bisbórria, a envergonhar n'um tribunal, perante os olhos da Europa, com um depoimento boçal, estupido, sobremodo boçal e sobremodo estupido pelas asnaticas pretenções a scientifico, a dignidade collectiva d'este povo, por conseguinte a tirar a esse povo aquella consideração e aquelle respeito que são, na vida dos homens como na vida das nações, condição essencial da existencia, pois sem isso não se vive, esse bisborria, dizemos, não seria só expulso do seu logar, porque seria ainda por cima, e muito justamente, corrido a pontapés ou a cacete.

E' uma vergonha! E' um novo e grande desprestigio!

Não. Não conseguirão o seu fim. Não conseguirão forçar o dr. Antonio Emilio a fugir deante d'elles, deixando-lhes o campo livre. Não conseguirão desprestigia-lo, quanto mais *afunda-lo em ridiculo*. Conseguirão uma coisa mais grave, muito mais grave: continuar a mostrar este paiz aos olhos do mundo como uma coisa vil. Porque paiz onde são possiveis os expedientes indignos, a vida vergonhosa que vimos vivendo ha uns poucos d'annos, perante o bom senso e a consciencia universal é um paiz perdido.

Enche-nos d'opprobrio, torna-nos miseraveis, despreziveis, esta submissão, humilde submissão, ao jugo degradante, vil, das quadrilhas.

Não sabemos o que o juiz d'instrucção criminal irá fazer. Mas que o temem terrivelmente as quadrilhas, e o detestam, todas ellas, não ha duvida nenhuma. Basta ver a algazarra dos republicanos e o silencio dos monarchicos. Os republicanos repetem o *truc* do gatuno que ia correndo e gritando, para illudir os transeuntes: *agarra, agarra, que é ladrão*. E os monarchicos consentem esse *truc*, com o seu silencio. Porque a verdade é que os jornaes monarchicos não dão o apoio preciso ao dr. Antonio Emilio. Nem os proprios jornaes ministeriaes. Os outros calam-se. E estes só o defendem *por honra da firma*.

Assim fizeram sempre. E d'essa forma obrigaram sempre o rei a intervir. Não conhecemos o temperamento de D. Manuel. Suppomo-lo um temperamento pouco energico. Mas se amanhã o rei impozesse atravez de tudo o dr. Antonio Emilio, o que havia a dizer do rei, em boa justiça?

São enormes as provas da nossa bandalheira. Accumulam-se os documentos demonstrativos do nosso *feitio de preto*. Mas, n'esse sentido, não ha prova mais esmagadora, não ha documento mais fulminante que o processo do regicidio.

Tudo quanto podia conduzir ao conhecimento dos criminosos se desprezou. As revelações mais graves foi como se não existissem. Apagaram-se de proposito as pistas mais seguras. Desappareceu o capote e a carabina do Buissa, elementos indispensaveis no corpo de delicto. Até folhas do processo foram arrancadas, destruidas! Nunca, nunca, se viu em paiz algum uma bandalheira assim. Já não é um crime. Ou antes, é um crime, sim, um grande crime. Mas a bandalheira, isto é, o processo, o modo como isso se fez ainda é mais grave que o proprio crime *de se ter feito*. Isso é que affronta! Isso é que rebaixa! Isso é que nos arrasta pela lama das viellas, pelo lodo dos prostibulos! Isso é que prova bem, isso, só isso, que somos um povo de rufiões, de malandros, de *pretos*, de pulhas, de vadios! Isso, só isso, é que nos degrada, é que nos avilta, é que nos torna, aos olhos do mundo, reles, abjectos, nojentos, despreziveis!

Como desappareceu o capote e a carabina do Buissa? Como desappareceram folhas, e partes, e elementos do processo? Como se atreveu o juiz d'instrucção criminal a desprezar depoimentos, a pôr de parte pistas, indicios, vestigios importantissimos? Porque não está na cadeia o juiz ou os juizes que descaradamente, cynicamente, *abandalhadamente*, que é o termo proprio, praticaram ou consentiram isso?

Vem um novo juiz e esse homem pretende restabelecer a moralidade, a ordem, a justiça, n'uma caverna de patifes. Contra elle se levantam, voz em grita, quem? E' evidente: os criminosos, os que praticaram as infamias, aquelles a quem aproveitaram ou aproveitam as infamias, aquelles a quem se podem descobrir crimes ou infamias ainda occultas, n'uma palavra: os patifes. A imprensa monarchica cala-se, ou defende-o frouxamente. O ministerio abandona-o, ou apoia-o frouxamente. Não ha de o rei intervir? Porque? Porque é irresponsavel? O rei é irresponsavel no exercicio regular e justo dos poderes. O rei é irresponsavel dentro da moralidade e da justiça. A irresponsabilidade do rei não é absoluta. Se o é, a que vem a *confiança* ou *desconfiança* da corôa? Como manifesta o rei a sua confiança? Como manifesta a sua desconfiança? Pode ou não pode o rei nomear ou demittir livremente os seus ministros?

A irresponsabilidade é uma ficção, é uma mentira. Uma das muitas ficções, das muitas mentiras das formulas vãs que teem sido um dos grandes trambolhos na marcha da humanidade para o seu fim de perfeição. Não ha homens irresponsaveis. Nem deuses! A responsabilidade é d'essencia divina e humana.

Como manifesta o rei a sua confiança? Como manifesta o rei a sua desconfiança? Dizendo ao ministerio: estou contente? Estou descontente? Pois bem: o rei, se está contente, diz porque está contente. Se não está contente, diz porque não está contente. E eis ahi a sua intervenção.

O rei é responsavel, como todos os homens. Responsavel pelo bem. Responsavel pelo mal. O que não quer dizer que seja elle o unico homem bom e o unico homem mau. O unico criminoso e o unico innocente.

O rei pode andar bem, intervindo. E pode andar muito mal, não intervindo. O rei pode intervir junto do ministerio commettendo um acto mau. E o rei pode intervir junto do ministerio commettendo um acto bom.

Apoia o ministerio o actual juiz d'instrucção criminal? Apoia-o a valer? Está bem. Não o apoia? Apoia-o o rei, contra o ministerio, e cumpre o seu dever.

O quê? Pois o dr. Antonio Emilio não rouba, nem deixa roubar a carabina e o capote do Buissa, não rouba, nem deixa roubar as folhas do processo, não faz desapparecer depoimentos importantes, e é doido? Porque é elle doido? Que differença ha entre elle e o juiz Silva Monteiro?

O juiz Silva Monteiro não era doido. Contra o juiz Silva Monteiro nunca se allegou loucura. Contra o juiz Silva Monteiro não houve campanhas d'imprensa. O juiz Silva Monteiro e os seus auxiliares serviram muito a contento de todas as quadrilhas. Porquê? Onde está a differença? Porque não era elle doido e porque é doido o dr. Antonio Emilio?

O quê? Pois um juiz descobre os auctores d'um assassinato infamissimo, pois um juiz descobre associações secretas onde se forjam crimes monstruosos e crimes de toda a natureza, pois um juiz dá garantias de seriedade, d'ordem, de defesa social, de justiça, e é doido, por isso?!

Pois um juiz que deixa roubar elementos importantissimos de um corpo de delicto, que despreza depoimentos da mais alta importancia, que *não quer*, **propositadamente**, *descobrir* os auctores d'um grande crime, passa pelo juizo

d'instrucção criminal tranquillamente, sem uma chufa, sem um insulto, sem uma ameaça, sem clamores, sem se pedir a suppressão da instituição que elle representa, e o juiz que põe termo a esses relaxamentos, a esses attentados inauditos, a esses crimes infames, é coberto de apodos, de sarcasmos, de injurias, é victima d'ataques de toda a ordem e dá motivo a que se considere o juizo d'instrucção criminal um attentado aos *immortaes principios?*

Este é um doido, e como tal o declaram, ou vão declarar medicos, alienistas, capacidades scientificas, e aquelle é um homem de juizo?

Onde está um braço possante que descarregue sobre o lombo d'estes miseraveis, d'estes escravos, um *knout* gigantesco?

Onde está um homem que faça expulsar a chicote das suas cathedras esses *sabios de meia tigela*, esses bandidos armados em *homens de sciencia*, esses macacos sem valor intellectual e sem valor moral de qualidades alguma?

Macacos! Repugantes macacos!

São lá dignos da liberdade, estes miseraveis! Merecem lá liberdade, estes bandidos! Sabem lá o que é liberdade, estes escravos! D'uma unica coisa são dignos: d'um chicote e d'uma grilheta.

Só uma coisa mereciam: ser corridos a pontapé ou a cacete.

Isto pode lá ser! Republicanos, monarchicos, mas homens de consciencia, dizei: Isto pode lá ser? Somos homens, todos nós, antes de sermos politicos. Como homens temos, devemos ter, consciencia de verdade e de justiça. Como homens devemos pôr, acima de tudo, o decôro individual, o decoro collectivo. Como homens devemos amar a seriedade, se somos sérios. Dizei: Isto pode lá ser? Dizei: Isto é sério? Dizei: ha republica, ha monarchia, ha patria com processos d'estes?

A primeira coisa que é forçoso conquistar é a seriedade. A primeira coisa que é preciso vencer, anniquilar, esborrachar, é o bandido politico. Haja rei ou haja o diabo. Haja republica ou haja monarchia. O que está provado, provadissimo, é que tanto faz, assim, republica como monarchia. Ninguem se illuda. Correr os perigos d'uma revolução não vale a pena. Assim, tanto faz republica como monarchia. De qualquer forma, o logro dos verdadeiros democratas, dos verdadeiros liberaes, dos verdadeiros patriotas, de todos os homens de consciencia recta, é e será um facto, e um facto terrivel.

Não nos deixemos, ao menos, lograr. Que pese sobre nós a fatalidade das circumstancias. Que nos esmague o destino, se é esse o nosso destino. Mas... que não sejamos, ao menos, victimas d'um logro.

Aqui, ou se conquista a ordem, primeira condição da liberdade e do progresso, ou se impõe o respeito ao decoro publico, e para isso venha a força, o fuzilamento, os meios mais energicos, os mais terrivelmente energicos, se tanto for preciso, ou não ha salvação possivel.

Ou não ha salvação possivel!

Boa idéa!

Escrevem-nos a perguntar-nos porque não abrimos nós uma subscripção nacional para publicar em francez, inglez, e allemão as mais celebres tareias nos quadrilheiros da republica.

Seria, dizem-nos, a melhor resposta ao *memorandum* do Cunha e Costa, que o *Mundo* publicou na ultima quinta-feira.

Um fundo de propaganda?

Não é má idéa. E isso vae-se tornando preciso. N'outro logar vae annunciado o julgamento do *Povo de Aveiro*. Fomos condemnado a 50$000 reis de multa, custas e sellos do processo. Ameaçam mover-nos novos processos. Tentam agora anniquilar-nos por esse meio. Arreganham já a dentuça, n'um esgar de satisfacção. Qual a maneira de resistir a isso? Dinheiro! Mais nada.

Nós somos um verdadeiro espectro para esses bandidos. Uma nuvem! Uma sombra negra! Um terror!

Elles teem mais medo do *Povo de Aveiro* que de todas as forças, reunidas, da monarchia. Nós causamos-lhes pavor. Elles não dormem, a cogitar nos meios de nos vencer.

Não vencem! Tendo nós recursos materiaes, não vencem! Pelo contrario, redobramos de energia! Ninguem sabe as reservas de energia que existem dentro de nós! Ninguem sabe de quanto somos capaz quando nos ferem, ou ameaçam! E' como que desencadear uma tormenta!

Abrir subscripções para processos judiciaes, é prohibido. Nem nós precisamos, por emquanto. Para isso, por emquanto, não precisamos. Mas podemos precisar brevemente. Em qualquer caso, não é asneira nenhuma constituir um fundosinho de propaganda desde já.

Um fundo de propaganda! Está dentro da lei. Não é prohibido.

Então, pode-se fazer uma coisa linda. Por exemplo: a historia das quadrilhas politicas no reinado de D. Carlos. Das quadrilhas politicas em geral e da quadrilha republicana em especial. Dos seus roubos, das suas traficancias, das suas especulações, da sua falta de sinceridade, da sua mentira. Uma coisa synthetica, mas clara, elucidativa, suggestiva. E em estylo pamphletario. Soberbo! E' uma coisa esmagadora. E soberba!

Espalhar isso em Portugal. E na Europa. E na America. Esmagador! Soberbo!

No jornalismo, das duas, uma. Ou elles tentam, ou não tentam, anniquilar o *Povo de Aveiro* por meio de processos. Tentam? Haja dinheiro e... soberbo! Cada processo contra nós, cada comicio, como o de sexta feira no tribunal judicial. Comicios contra o partido republicano. As armas d'elles... contra elles. Depois, em represalia e desforço, como temos sido injuriado por *todas as gazetas republiqueiras do paiz*, requeremos contra ellas, em todo o territorio portuguez, tantos processos... quantos sejam precisos. Outros tantos comicios. A nossa situação moral é esplendida para isso. Tira-se d'ella um effeitarrão, como se tirou sexta feira, no tribunal de Aveiro. Um effeitarrão! E' d'escacha. E' de matar. As armas d'elles... contra elles!

Outros tantos comicios. E as gazetas de pernas para o ar, porque não teem, como o *Povo de Aveiro*, recursos para resistir.

Convença-se o paiz: só nós somos capaz de luctar com elles e de os abater. A natureza dotou-nos com uma energia formidavel. Os ataques não nos atemorisam. Fazem-nos redobrar de energia, Nós escachamo-los!

Nós constituimos uma commissão de gente de probidade incontestada para recolher os fundos. *Nem sê-lo, nem parece-lo.* Não somos ladrão. Nunca o fomos. E não queremos que, nem de longe, se admitta a hypothese de que possamos vir a se-lo. O dinheiro não vem para a nossa mão. Vae para a mão de terceiros, *insuspeitos.*

Isto é um esboço. Simples esboço. Mas a idéa, ahi fica.

Querem as quadrilhas anniquiladas? Sigam os nossos conselhos. Confiem na nossa tactica. E verão todos como é facil, relativamente facil, vencer.

Alcoolismo

... Sr. director do "Povo de Aveiro„.

Paiz extraordinario, este nosso! Extraordinario e felizmente singular para honra e proveito da humanidade! *O Povo de Aveiro* é o unico jornal que no paiz se lê *todo* e por isso eu tenho a certeza de que foi lido pelas suas dezenas de milhares de leitores o que sobre alcoolismo aqui escrevi ha mais d'um mez. Pois bem, o appêllo que fiz não seria correspondido por ninguem se um amigo o mais intimo, a quem li a minha carta, não viesse publicamente dizer o que em conversa já me tinha dito. Isto tendo V., com a sua grande auctoridade, que hoje *todos sem distincção* lhe reconhecem, precedido ambas as cartas de considerações que valiam até mais do que as proprias cartas!!! Ora não admira que os idolos dos *gravatinhas*, esses que inventaram a questão clerical e a do Juizo de Instrucção para entreterem os seus adoradores e offenderem a razão e a verdade, não façam á séria questão do alcoolismo a mais leve referencia. E' até perfeitamente logico, porque são as multidões enfraquecidas pelo alcoolismo que mais facilmente, muito mais facilmente, se levam ao despotismo demagogico em que vivemos.

Tambem se comprehende que os *pulhas de bem* para quem as verdadeiras questões de interesse publico são tratadas, as mais das vezes, pela *piada*, achem graça até á bebedice nacional e por isso nenhum caso façam da questão do alcoolismo. Egualmente não surprehende que os varios quadrilheiros monarchicos se não occupem com as consequencias que o alcoolismo ha de trazer n'um futuro proximo á raça portugueza, por que para esses assignalados varões o *tudo* é governar para... se governarem. Mas o que se não entende, mas o que desalenta é que d'entre as muitas dezenas de milhares de leitores d'*O Povo de Aveiro* não surgissem alguns homens (eu tive a ingenuidade de esperar que apparecessem) que, accordados pela minha voz, protestassem por todos os meios contra a indifferença criminosa de todos os portuguezes que ainda teem a cabeça san e o coração no seu logar. Mas o que desalenta, repito, e só desalento sinto porque já não tenho forças para me irritar, é que o ministro das Obras Publicas (1)— um medico distincto e um professor—saiba pelo conhecimento que a sua profissão lhe dá, até onde o alcoolismo pode estragar um povo, não ignore que com o vinho nas tabernas a *vintem* o litro é a bebedeira o estado quasi permanente de grande parte das populações ruraes, e não pense em remediar este mal! Estou ouvindo todos os que desculpam os maiores crimes n'este paiz (é esta actualmente uma especialidade de todos os bons lusiadas) fazerem esta pergunta: O que ha de o ministro fazer? Resposta bem facil tem esta interrogação: Ninguem de bom senso pode pôr em duvida que para combater o alcoolismo todos os meios se justificam; portanto se todos os meios se justificam não ha senão a difficuldade de escolher os menos violentos e essa difficuldade tem qualquer homem de governo (muito mais quando teem as responsabilidades especiaes do actual ministro das Obras Publicas) a obrigação de vencer.

Supponho que isto é incontestavel e por isso o meu desalento é cada vez maior. Não é o esmorecimento do cobarde o que eu sinto, é o desanimo do impotente que comprehende que é tempo perdido bradar n'este deserto onde só o egoismo estupido tem o dom de se fazer ouvir. E por isso agradecendo as penhorantes palavras com que preambulou a minha carta não continuarei a pedir-lhe publicidade para o muito que o assumpto merece. Denunciei um perigo, uma calamidade, á parte mais selecta da nação — aos leitores d'*O Povo de Aveiro* — nada mais posso fazer visto que (como disse um politico já fallecido) "*não ha outros portuguezes*„.

Reiterando os meus agradecimentos é com a maior consideração que me firmo

De V. ...

respeitoso admirador

Um antigo assignante.

Não desanime. Isto é um povo cheio de vicios. Sem educação nenhuma. *Mas agua fria em pedra dura tanto dá até que fura.*

Qualquer dia trataremos—na proxima revista que projectamos, se não for aqui—largamente essa questão.

(1) E' assignante do *Povo de Aveiro.*

O julgamento do "Povo de Aveiro„

Realisou-se na sexta feira, quando já impressa a 1.ª e 4.ª pagina d'este semanario, o julgamento do *Povo de Aveiro*, a requerimento d'uma *pobre creatura* chamada Eugenio Ribeiro, director d'um papelorio republiqueiro que se publica em Agueda, e pretenso medico n'aquella localidade.

Foi advogado da *pobre creatura* um tal Carlos Amaro, tambem republiqueiro, e do director do *Povo de Aveiro* o sr. dr. Alexandre d'Albuqnerque, director do *Liberal* e deputado da nação.

Carlos Amaro não veio defender Eugenio Ribeiro. Veio atacar o sr. Homem Christo. Pagaram-lhe para isso, não lhe pagaram para outra coisa. E elle cumpriu.

Na *corrente d'idéas*, como diria qualquer *pobre creatura*, da quadrilha republicana, repetiu as baboseiras dos quadrilheiros. Nós não somos *jornalista*! Nós uão temos *qualificação*! E elles não nos vêem senão a nós e não sabem o que hão de fazer para se livrar de nós!

Ainda se ao menos atacassemos os *grandes homens* da quadrilha? Mas nem *pobres creaturas*, nem *figuras apagadas* como Eugenio Ribeiro já poupamos. Assim disse Carlos Amaro, litteratiço. Estudou aquella coisata em casa, metteu-lhe umas tretas com pretenções a litteratura, para terminar por aquillo: por chamar *pobre diabo* ao seu constituinte. Não dão mais. E' inutil esperar d'elles mais alguma coisa. Elles não dão mais.

Respondeu-lhe o sr. dr. Alexandre d'Albuquerque, que falou muito bem. Não dizemos isto por dizer. Não é o constituinte a fazer a bocca doce ao patrono. O sr. dr. Alexandre d'Albuquerque não tem preoccupações litterarias. Mas é vivo, impetuoso, fala com logica apertada e chega por vezes a ser eloquente. O seu discurso fez impressão no auditorio. E tanto que o Termónocú embezerrou. Sendo um paliteiro das Caldas loução, para o fim parecia um paliteiro... de refugo. E o André Reis, um cachimbo suisso queimado.

Quando estivemos na Suissa, uma das coisas que mais chamou a nossa attenção, principalmente em Genebra, foi a forma bizarra dos cachimbos que se accumulam nas vitrinas. O André Reis, visto de perfil, é perfeitamente um cachimbo suisso. Ha muito que não viamos aquella cara, nem outras pittorescas que desfructámos no tribunal. Aquillo custou-nos cincoenta mil reis. Para camarote, foi caro. Mas gosámos. Vinte mil réis davamo-los por bem empregados. Até pediamos repetição do espectaculo. Só aquella scena do juramento!

Dizia o Carlos Amaro que não sabia como n'esta paizagem tão risonha tinha nascido um homem tão mau como nós! E que diz você ao Termónocú? E ao André Reis, o cachimbo suisso queimado? E ao Maduro, cabeça de pardal ao fumeiro?

Ao menos nós somos intelligente. Você assim o disse, Amaro! E não temos tromba de cão, como o Termónucú, nem focinho de cachimbo queimado, ou cabeça de pardal com as pennas espetadas. Que diabo tem você a dizer á nossa cara? Parece-nos que está dentro da harmonia risonha da paizagem.

Mas nós percebemos. Você, Amaro, depois de chamar *pobre creatura* ao Eugenio Ribeiro, quiz chamar cabeça de pardal ao Maduro e cachimbo ao André Reis. E usou d'essa periphrase de pôr caras, intelligencias e corações em contraste com a paizagem.

Um idiota. Um pedaço d'asno sem valor nenhum. Na linha rigorosa das figuras moraes e intellectuaes da quadrilha republicana. Você revelou-se pulha. E para o ser basta a sua *solidariedade*. O juiz deixou-o dlzer o que você quiz. Andou muito mal o juiz, porque a missão dos advogados é defender os seus constituintes, não é atacar os contrarios. Andou muito mal o juiz, que não soube manter o respeito devido a um tribunal. Você revelou-se pulha e covarde. Tinha o réo preso alli. Preso pela grilheta da lei. Preso pela auctoridade do presidente do tribunal, que não podiamos desacatar. E fiado n'isso abalançou-se a injurias a que, sem a acquiescencia facil do juiz, ou n'outro local, não se teria abalançado. Nós estavamos de rolha na bocca e coacto. A nós, não nos permittia o juiz que dissessemos nada. Nem que nos mexessemos. A não querermos incorrer n'uma grave responsabilidade. A você permittia-lhe tudo. E você abusou, como é proprio do seu caracter. O juiz não cumpriu o seu dever de presidente do tribunal. E você aproveitou-se d'isso para, a salvo, se revelar um pulha e um covarde.

E' a linha moral de todos os quadrilheiros da republica. E' essa. Você, Carlos Amaro, não se envergonha da sua solidariedade com todos os bandidos e canalhas que aqui temos definido. Mas, como elles, irrita-se por demonstrarmos a vileza dos miseraveis. Você não apresentou uma prova, uma só, das nossas calumnias. Você não registou um facto, um só, que indicasse a falsidade das nossas accusações. Você desceu até á indignidade de se oppôr a que juntassemos ao processo a carta d'um padre onde esse padre formulava as mais tremendas accusações contra a *pobre creatura* que você advogava. Que fez, então? Que disse, então? Palavras, só palavras. Palavras vazias de sentido, vazias de razão, vazias de logica, vazias de verdade. Um pulha e um asno. Como pulha, digno correligionario do Arthur Leitão, do Cunha e Costa, de toda essa cohorte de malandros *incontestados*. Como asno, digno correligionario do França Borges e do Ribas d'Avellar. E de tantos Françes Borges! E de tantos Ribas d'Avellar!

Você fez a mais triste figura que pode fazer um advogado.

Se Eugenio Ribeiro é um insignificante, como você disse — não foi outra coisa chamar-lhe em pleno tribunal *pobre creatura* e *figura apagada* — quem o mandou, a esse parvo, como disse muito bem o sr. dr. Alexandre d'Albuquerque, metter-se com o director d'este jornal?

O director do *Povo de Aveiro*, accrescentou o sr. dr. Alexandre d'Albuquerque, não tem por costume desprezar os fradiqueiros que lhe ladram ás canellas. Elles ladram, e elle esmaga-os.

Somos *desqualificado?* Então, perguntou o sr. dr. Alexandre d'Albuquerque, como deixaram os senhores de parte o sr. padre Oscar d'Aguiar? O papel d'Eugenio Ribeiro é que aggrediu primeiro o director d'este semanario. Respondeu-lhe o *Povo de Aveiro*, não com palavras proprias, mas publicando duas cartas, umas d'ellas do sr. padre Oscar d'Aguiar. Então Eugenio Ribeiro deixa de parte um *homem qualificado*, como o sr. Oscar d'Aguiar, para impor a responsabilidade do que se publicou no *Povo de Aveiro* a um *desqualificado*? Que mentira, clamou o sr. Alexandre d'Albuquerque! Como são os senhores proprios a *qualificar* a toda a hora aquelle a quem chamam *desqualificado!*

Mas quem o *desqualificou?* Quem? perguntou o sr. Alexandre d'Albuquerque. Um tribunal republicano? Não. Esse *qualificou-o!* Quem o *desqualificou* foi um tribunal monarchico. E os quadrilheiros republicanos rasgam a sentença do tribunal republicano para se servirem da sentença do tribunal monarchico. E' a moral, é a sinceridade, é a coherencia da republica em Portugal!

O directorio do partido republicano, constituido em tribunal de honra,—affirmou e provou o sr. Alexandre d'Albuquerque,—julgou honrado e correcto o procedimento do director do *Povo de Aveiro*. Bernardino Machado, quando já reunido o conselho superior de disciplina do exercito, faz uma conferencia no centro republicano do largo de S. Carlos, e ahi não só ratifica a sentença do directorio, como confirma a correcção absoluta do procedimento do sr. Homem Christo affirmando que elle *nunca havia recusado o duello*. E Carlos Amaro, todos, rasgam na cara do directorio a sentença do tribunal de honra. Cospem nas palavras de Bernardino Machado. E ao mesmo tempo que exaltam os membros do directorio e o sr. Bernardino Machado, vão buscar a sentença d'um tribunal monarchico, cingindo-se á estreita e acanhada moral militar, para condemnar... aquelle que a republica havia illibado!

Onde está a vossa logica? pergunta o sr. Alexandre d'Albuquerque. Onde está a vossa moral? Onde está a vossa sinceridade, a vossa seriedade?

Julgastes vir aqui exauctorar o sr. Homem Christo. E isto é a exauctoração formal do partido republicano.

O sr. Homem Christo atraiçoou o partido republicano em 1891, quando do 31 de janeiro? Mas isto, clama o sr. Alexandre d'Albuquerque, é uma coisa ignobil. Isto é uma scena á Dreyfus. Isto é uma coisa infame. Então o sr. Homem Christo foi traidor em 1891 e o partido republicano exalta-o, depois, até 1907? Então o partido republicano não teve tempo de ver se elle era traidor até ao dia em que o directorio o põe a par do sr. Affonso Costa para o julgar como grande figura intellectual, como grande figura moral, como correligionario?

Que coisa ignobil! Que coisa infame! Como o partido republicano, na força do seu odio ao sr. Homem Christo, se exauctora a si proprio d'uma forma desgraçada!

A verdade, affirmou com grande intimativa e eloquencia o sr. Alexandre d'Albuquerque, é que o partido republicano, como os partidos monarchicos, está cheio de podridões, está cheio de vicios. A verdade é que só um homem n'este paiz teve a coragem de empunhar um latego formidavel para castigar essas podridões e esses vicios. D'ahi todos os odios contra esse homem. D'ahi mais esta vergonha do partido republicano, depois de tantos esforços para o inutilisar, vir agora, ainda, agarrado á lei d'imprensa de João Franco, tentar mais este esforço abjecto para o anniquilar.

Tendo dicto o advogado da *pobre creatura* que a linguagem do *Povo de Aveiro* era *desbragada*, o sr. Alexandre d'Albuquerque enche-o de sarcasmos a comparar a prosa d'este semanario com a d'outras gazetas ordinarissimas, sujas, verdadeiramente latrinarias, de quese orgulha a quadrilha redemptora. E' mais uma vez cheio de verve, de vigor, de brilho n'essa passagem do seu discurso.

E pondo em destaque a figura do sr. Homem Christo como propagandista das mais nobres idéas, como o unico republicano portuguez que debateu a serio os grandes problemas nacionaes, o sr. Alexandre d'Albuquerque terminou deixando esborrachado o Amaro, o Carlos, o litteratiço idiota. Foi corrido, o palermoide!

Egual á beiça d'elle, só o focinho de cão de Termónocú, o bico de pardal do Maduro e a tromba de cachimbo do André Reis, patriota e notario.

O sr. Alexandre d'Albuquerque, que foi chamado á ultima hora, quando se soube da impossibilidade do sr. Homem Christo se defender a si proprio, falou muito bem. Muito bem!

Os nossos agradecimentos e os nossos parabens.

Como dissémos no ultimo numero, estamos reimprimindo o livro que sobre a revolta do Porto o director d'este jornal publicou em 1891. E' uma edição refundida e muito melhorada. Não podémos então dizer muitas coisas, pela nossa qualidade de militar e pela proximidade do acontecimento. Hoje, que não somos militar, e que os factos vão distantes, diremos tudo.

Não sabemos quando o livro estará prompto. No emtanto, fica aberta a inscripção dos assignantes do "Povo de Aveiro„, que o quizerem adquirir, até 15 de março. Aos assignantes do "Povo de Aveiro„ custará 700 réis, franco de porte, o que corresponde a pouco mais de 600 reis. Passado o dia 15 de março custará 800 reis, fóra o porte, preço de livraria.

O livro tem valor documental e a vantagem, para os assignantes do "Povo de Aveiro„, de completar a historia das nossas relações com o partido republicano. E tem muita opportunidade, pois é do 31 de Janeiro que data o periodo revolucionario que vamos ainda atravessando. O que se está fazendo para ahi não é, sob todos os aspectos, senão a reproducção do que então se fez. Para se comprehender bem o que se passa, e ter uma noção exacta do actual partido republicano, é indispensavel conhecer, com verdade, o que então se passou. E com verdade, só nós temos escripto sobre o 31 de Janeiro e sobre o partido republicano portuguez.

Isto não é um reclame, pois não nos move nenhum interesse material. O que o livro nos ha de dar, em dinheiro, não ha de ser muito. Só o reeditamos por interesse moral e por interesse moral ahi deixamos essa explicação e essa informação.

Que o queiram muitos assignantes do "Povo de Aveiro„, que o queiram poucos, é o mesmo.

E tendo recebido esta semana algumas perguntas sobre o livro que promettemos sobre militarismo, diremos, aproveitando a occasião, e em resposta a todos, para não estar a responder a cada um de per si, que ainda não desistimos de o escrever. Logo que estejamos liberto dos serviços d'administração do "Povo de Aveiro„, o que esperamos succederá dentro d'um mez, tencionamos começar a escrever os livros promettidos, e a publicar uma revista mensal, visto tanta gente nos censurar por termos posto de parte os nossos estudos sociaes. "O Povo de Aveiro„ não pode deixar de manter o seu caracter de combate. E' preciso. Não prestamos com isso menor serviço á educação nacional. Antes é esse, digam os zoilos o que quizerem, o nosso maior serviço. Mas os que preferiram a fórma doutrinaria, encontrarão a forma doutrinaria na revista. Ahi iremos debatendo e estudando, segundo os nossos processos e os nossos recursos, as questões d'interesse nacional e as questões d'interesse universal.

Ora vejam

... Sr.

Caldas de Vizella — 5 — 2 — 910.

Ha muito tempo que leio o seu conceituado semanario que mando comprar em Guimarães; mas como algumas vezes se esgota no proprio dia da sua chegada ali, peço-lhe o favor de me considerar como assignante, e enviar-mo pelo correio. Embora os bandidos considerem V. um desqualificado, eu, e comnigo a grandissima maioria do clero e população minhota, consideramos V. como um homem intemerato, de altos dotes e apreciaveis qualidades. Sou um padre catholico, verdadeiramente crente, e pela graça de Deus sem uma nodoa que manche o meu ministerio. Pela minha fé e pela minha crença faço votos a Deus que lhe prolongue a vida por muitos annos, para continuar a desmascarar esses phariseus republicanos e monarchicos, essa raça de viboras, como lhes chamava o Divino Mestre, sedentos de sangue de reis, de principes, de vassalos, e até dos seus proprios correligionarios!

Não se esqueça V. de elogiar sempre o optimo serviço, que está prestando ao paiz o Juiz de Instrucção criminal, e fazer ver ao governo actual que se o demitte, faz acreditar ao paiz inteiro que está cumplice no regicidio.

Faça V. o uso que quizer d'esta minha desalinhada carta, escripta apressadamente para chegar ao correio que está a partir.

Sou de V. etc.

Padre *Firmino da Silva Bravo.*

Temos centenas de cartas de padres, no genero d'esta. Nunca as publicámos, porque nenhum dos signatarios dizia, como agora: — *faça d'isto o uso que quizer.*

Que extranho milagre é este, que leva os padres a lerem o jornal d'um livre pensador? E' o milagre da verdade. E da revolta surda que se nota em toda a gente honesta.

E' o cançaço dos especuladores. E' o odio ás quadrilhas.

Vejam isto por esse prisma. Não o vejam por outro.

Sr. redactor.

Como seu assignante, e vendo que tomou á sua conta o valente *Marinha de Campos*, venho informal-o das suas 3 unicas valentias quando aqui esteve em Faro, como commissario naval da Palmella.

1.º — Partiu a cabeça a um desgraçado pobre que lhe foi bater á porta pedindo esmola.

2.º — Sovou uma sua creada.

3.º — Bateu n'um estudante do Lyceu que, quando muito, teria 14 annos, não apanhando n'essa occasião o devido correctivo por ir acompanhado da Esposa e ter sido protegido pelo Conde do Cabo de Santa Maria que n'essa epocha o tinha alugado por 100$000 réis para lhe tratar de uma questão de armações. Este cavalheiro nunca pensou em investir com certos individuos d'aqui porque sabia a resposta.

Em Lisbôa creio que é bem conhecido aquelle caso da machina de escrever que comprou a prestações e que vendeu sem a ter pago completamente: este caso veio narrado em varios jornaes.

Faro, 21 de fevereiro de 1910.

O Paiz

Devemos dizer o seguinte: quando os tratantes do *Mundo*, combinados com o tratante do Bombardino Rachado, nos armaram a infamissima cilada de que resultou a inutilisação da nossa carreira militar, á qual não tinhamos amor e da qual não conservamos saudades, nenhumas saudades, mas que, no momento, representava para nós o nosso melhor recurso monetario, e por isso, só por isso, como sempre dissemos, a desejavamos conservar, a unica voz que na imprensa republicana se levantou a nosso favor foi a do *Paiz*. Escusado é affirmar o acto de coragem, de extraordinaria coragem que isso representou, e os amargos de bocca que ao seu director deveria ter custado. Escusado é tambem encarecer a nobreza do facto. Basta dizer-se que nada pedimos ao sr. Meira e Souza e que d'elle nada esperavamos. Basta dizer-se que o espirito de facção era tão profundo contra nós, que até os republicanos, que se diziam nossos amigos, tinham receio de aventar a nosso favor uma palavra. Meira e Souza não nos conhecia. Não tinha comnosco relações de qualquer ordem. Nunca entre nós se havia trocado uma palavra, um cumprimento, qualquer d'essas manifestações banaes de delicadeza social. Pelo contrario, por mais do que uma vez haviamos censurado o *Paiz* com a rudeza que nos é habitual. Não obstante, Meira e Souza consentiu, e elle proprio o fez, que no seu jornal se falasse calorosamente em nosso favor. Se nunca perdoámos, se o nosso desprezo, o nosso odio, podemos dizer, foi e é profundissimo contra os canalhas que, dizendo-se nossos amigos, ou que, pelo menos, não sendo nossos inimigos, não tendo razões para o ser, então estiveram contra nós, ou, calando-se, se enterraram pelo chão abaixo— sem, e tivemos a mais profunda aversão a canalhas e miseraveis de tal quilate — a nossa gratidão pelos pouquissimos — um, dois, tres, no campo republicano, não foram mais — que tomaram a nossa defesa, será indelevel na nossa alma.

Posto isto, escusado será dizer-se que se tivessemos reparado na referencia affrontosa ao *Paiz*, que sahiu no penultimo numero, não a teriamos publicado.

O nosso correspondente de Lisboa, o auctor da carta que irritou o *Paiz*, tem-nos dado provas de uma sympathia profunda, a que estamos muito grato. Todas as suas informações teem primado por um enorme escrupulo de verdade. Não temos informador mais escrupuloso do que elle em manter a verdade. E mais zeloso em nos informar da verdade. Por isso, o *Paiz* foi muito injusto com elle, pois só por erro elle seria capaz de affirmar um facto contrario á verdade. Mas mesmo que n'essa altura estivessemos convencido da verdade da accusação feita ao *Paiz*, repetimos, não a teriamos publicado. A todos é dado puxar a corda que ha de enforcar o criminoso, menos áquelle que lhe deva um favor assignalado.

O nosso correspondente de Lisboa, que é um homem de caracter, comprehende muito bem este escrupulo, este melindre de consciencia, este principio de moral inatacavel.

Temos recebido muitos favores *interessados*. Por esses não temos gratidão. Mas o de Meira e Souza foi desinteressado. Bem desinteressado. Foi um gesto de nobreza. E rasgado. Só uma grande injustiça da parte d'esse homem, um ataque brutal e injustificado, nos poderá desobrigar.

Foi elle, e foi um padre, que no *Paiz* escreveu um dos mais eloquentes artigos que um homem, em tal conjunctura, pode escrever. Não era um padre reaccionario. Era um padre democrata. Mas, acima de tudo, uma boa alma. Com esse, nem sequer nunca falámos. Até agradecer-lhe nos foi vedado. Porque elle tinha imposto o mais rigoroso sigillio. Felizmente, soubemos-lhe o nome. Podémos sabe-lo e guardá-lo.

Sendo assim, alem d'ingratidão seria tolice aproveitar esta conjunctura para deixar Meira e Souza mal collocado. Poderá o sr. Meira e Souza ter muitos defeitos. E o seu jornal muitos peccados. Não queremos averiguar. Mas o que é certo é que elle é dos pouquissimos que teem dentro d'esse partido ignobil a qualidade de *repontar*. E por isso vae contra elle n'esta hora o odio tremendo da caverna immunda da Rua de S. Roque.

Escreve no *Paiz* um homem serio e intelligente, o sr. Agostinho Fortes. Com uma grande virtude, está elle reagindo contra a immoralidade espantosa e a tyrannia estupenda do partido republicano. Toda a quadrilha, ou quasi toda, procura abafar essa voz intelligente, essa voz honrada. Haviamos de ser nós que a haviamos de estrangular?

Não. Pelo contrario: aconselhamos a todos os patriotas que a animem, que a não deixem extinguir-se. O *Paiz* tem defeitos? Pois agora é occasião, se elle trilhar bom caminho, de nos lembrarmos só das suas qualidades. Ai de nós, se todos os que repontarem com as quadrilhas tiverem como recompensa ficarem esmagados. Ai de nós!

E' uma immoralidade e é um erro. Que não cáia o publico n'esses erros! Está na sua .não corrigir tudo. Animar os que andam bem e emquanto andam bem, e metter no fundo os que andam mal.

Ora o *Paiz* levanta em Lisboa o grito de rebellião. Não ha de ser por nosso culpa ou por nosso conselho que elle será esmagado. Isso não!

E terminamos declarando que este artigo, evidentemente escripto sem solicitações nem ameças de qualquer ordem, escusado é dizel-o, porque, n'esse caso, não seria escripto, já estava composto para ser publicado no numero passado. Só o não foi por uma conveniencia typographica da ultima hora.

Falleceu esta semana Francisco Marcos de Carvalho, mestre d'alfayate no Asylo d'esta cidade. Era trabalhador e honesto. Uma boa alma. E são esses os que morrem!

Cartas para Aveiro

I

O regimen do punhal

Quando uma patria chafurda n'um chavascal de infamia, de ignorancia, de estupidez, — naufraga tragica n'um mar de lama podre — é dever do patriota, do filho extremoso, do cidadão de brios, não abandonal-a á guela hiante da voragem estagnada, mas erguel-a nos braços fortes, conduzil-a ao cume da montanha onde a brisa vivificante a purifique, e tratar da profilaxia do charco lamacento.

E' o que V. faz, no actual momento, em que todas as energias são poucas para salvar a moribunda d'esse marnel de enxurro; e a sua obra formidavel, e a sua penna de Hercules, e o seu braço de colosso Rhodio, emfim, toda a sua figura de austeridade e justiça eu evoco nas minhas horas de angustia, e ella dá-me coragem para luctar.

Perdido nos dédalos d'esta lobrega Gomorra politica, assisti, nos ultimos annos, ao descalabro moral dos homens e das instituições, e só conheci infamias, venalidades, ambições, burlas. *Quadrilhas* e *quadrilheiros*.

Qual é a moral d'aquelles homens que do alto das tribunas impingem imagens avermelhadas a um povo ignorante e desvairado, que os não comprehende? Qual o seu civismo? Quaes os seus ideaes? Qual a sua fé?

Lá fóra, na grande marcha ascencional, os povos traçam, firmes, a trajectoria luminosa da evolução. Os seus dirigentes, os seus guias, Christos evangelisadores, poetas incendiarios, sabios e philosophos, Bleriots escalando o Ceu, todos estes grandes inspirados, — artistas do Fogo, Buonarottis trabalhando as almas informes a golpes de cinzel — luz —, todos estes heroes e semi-deuses vivem por um ideal — o Amor e por um principio — a Justiça. Na aureola de pureza que lhe cinge a fronte diaphana, amostra-se toda a verdade transcendente do seu credo. A sua voz é fluente e clara; meigo e clara; o seu gesto é amplo e meigo como se quizessem cingir o mundo n'um universal abraço! *Comei: este é o meu corpo!* E a multidão caminha impávida estrada fóra: desaba thronos; derruba altares; destroe Bastilhas: ergue cupolas magestosas, de criptas doiradas, para adorar a Arte; edifica templos collossaes, novo Encélado argamassando montanha com montanha, em cujas fachadas cyclopicas o sol escreve esta palavra: Solidariedade! Admiro-vos, exalto-vos, ó evangelisadores e povos!

No nosso paiz de tolos, os histriões que sobem aos tablados dos comicios e se julgam os dirigentes do povo degenerado e barbaro, não são mais que elementos dissolventes, perturbadores da ordem e do progresso, trincheiras hypocritas e ôcas que urge varrer da estrada, para que a multidão caminhe.

Ribaldos de bordel, arruaceiros de taberna, a moral d'esses homens está no espirito reles d'uma roda de bandidos. O civismo dos *calabrinos* é o quinhão d'um sacco de dobrões roubado. O seu ideal — a pança magra de Karioth.

Não é isto, sr. Director?

—†—

Aqui, em Lisboa, já se não póde viver. A quadrilha maldita espalha o Terror por toda a parte. Já não é a Parreirinha da rua Capello que dá bilhetes de livre transito: é a Bastilha da rua de S. Roque, a caverna do Campeão armilar, o covil da vilanagem *republicana*. Fulano não vae ao *Mundo*? E' traidor. Sicrano não diz bem do Affonso Costa? E' bufo. Beltrano não fala no Centro Antonio José? Vendeu-se ao padre Mattos! E passam-lhe sentenças de morte.

V. não se admire: é um dos sentenciados á pena ultima: eu, aquelle, ess'outro, porque prégemos bem alto a verdade e nos insurgimos contra os canalhas que havemos de anniquilar, somos condemnados á mesma pena...

Ah tartufos da democracia! Ah rufiões de espelunca!...

Os facciosos hypnotisadores d'um povo pelintra e ignorante conseguiram, archi-charlatães maráos! crear a murros de rethorica uma idolatria por elles na massa alvar. Hoje, embora decadente, a idolatria céga existe n'aquellas almas obscurecidas pelo embuste, corrompidas pela mentira, em vez do *amôr civico*, em vez da clara *razão democratica*. E do que eu me admiro, sr. Director, não é da filaucia cynica d'esse punhado de cretinos vermelhos e de Cartouches politicos, mas da romana infantilidade do povo que lhes obedece invariavelmente, automaticamente, de crime em crime, de abysmo em abysmo, até aonde? até aonde? — até, se não fôr o nosso esforço revel, o esforço supremo e redemptor de toda uma patria, á ultima voragem, ao sorvedoiro historico em que se afundam as nacionalidades, á invasão, á morte!

—†—

O *regimen do punhal* veio substituir o *regimen do cacete*. Se outrora tivemos a *dictadura negra*, hoje temos a *dictadura vermelha*. Antigamente, embora mal, vivia-se. Hoje ninguem tem a certeza do dia de amanhã.

Hennoch é o deus sanguinario da quadrilha maldita. Os bonzos da democracia teem o ritual do crime. A ara do sacrificio é uma cuba de sangue. « Matas pelas costas », — divisa. « Que a sombra nos proteja » — lemma. Não querem alli cidadãos: fazem-se alli assassinos!

Evangelisadores covardes: nós sabemos bem as vossas ideias e contamos pelos dedos os vossos crimes! Nós conhecemol-os bem a todos, ó democratas — auctoritarios, ó pifios ambiciosos e, ó sicarios! Nós vimos armar o braço de Manoel Buiça! Nós vimos como arrojastes, do alto do penhasco abrupto, o infeliz Nunes Pedro! O' assassinos e, ó ladrões: nós vimos como envenenastes a alma do Alves Correia, como matastes á fome o bom do Heliodoro, como collocastes a pistola na mão do pobre Alberto Costa! Vimos tudo e tudo sabemos, ó monstros, e contra vós, para arrancar o paiz á vossa garra de lobos famélicos, havemos de fazer erguer as proprias pedras da calçada!

O' democratas de *choças* e *cabanas*: abaixo o balandrau e fóra a mascarilha!...

Lisboa, 21 de fevereiro de 1910.

IGNOTUS II

Sr. Redactor.

Ahi por 1886 ou 1887, a data exacta pouco interessa, passeava quasi todas as noites na Praça da Rainha, em Vianna do Castello, o poeta Guerra Junqueiro. De vez em quando interrompia o seu passeio para entrar na Havaneza e, á luz que illuminava essa conhecida tabacaria, escrevia algumas palavras n'um papel que tirava da algibeira. Era alguma phrase vibrante, algum pensamento arrojado, algum verso que o poeta temia lhe esquecesse.

O parlamento estava aberto. Guerra Junqueiro era deputado, mas vivia em Vianna do Castello, todo entregue ás musas.

Um dia, porém, Guerra Junqueiro pediu ás musas que o dispensassem por um bocado, porque tinha negocios mais importantes a tratar, metteu-se no comboio e veio sentar-se na sua cadeira em S. Bento.

Debatia-se no parlamento alguma d'essas graves questões que interessam aos humildes, aos desprotegidos, aos desgraçados e que tanto fazem vibrar a alma do poeta, philosopho? Discutia-se alguma lei que prejudicasse as liberdades, os direitos dos cidadãos, que o seu mandato lhe impunha o dever de defender?

Nada d'isso. A questão era outra.

Guerra Junqueiro tinha em Vianna do Castello um casarão arruinado, que queria vender ao governo para n'elle se installar uma das escolas industriaes, creadas por Emygdio Navarro.

O casarão tinha sido avaliado em 7 contos, mas ao poeta só *rimava* vendel-o por 15 e Emigdio Navarro estava teimoso em se não deixar comer.

Guerra Junqueiro pensou, e muito bem, que tendo o dever de defender os interesses do povo e sendo elle tambem povo, defendendo os seus proprios interesses cumpria conscienciosamente o seu mandato.

Tomou a palavra na camara e atacou violentamente o governo a proposito não sei de quê.

O que se passou depois entre Guerra Junqueiro e E. Navarro ignoro. O que é sabido é que a venda se fez e poucos dias depois podia o grande poeta entregar-se novamente «ás musas» passeando na Praça da Rainha.

Assim honrou o grande democrata o seu mandato. Foi pouco mas bom.

E' possivel que o coração do grande poeta tambem n'essa occasião lhe segredasse alguma coisa, como no caso dos tapetes — ha corações assim — e possa desmentir-me apresentando um attestado de bons costumes assignado por Emigdio Navarro.

Que farçante!

Antes de dar publicidade a estas linhas, caso V. lha queira dar, é melhor pedir informações para Vianna do Castello, onde ha muita gente que conhece este caso. Não posso garantir, por exemplo, que as verbas que cito sejam exactas. Unicamente garanto que o preço exigido andava, proximamente, pelo dobro da avaliação. (1)

Como não tenho nenhuma razão pessoal contra Guerra Junqueiro, até estimava que as informações que V. obtivesse mostrassem que eu, em tudo, estava em erro. Sentiria satisfação em que se provasse que o caracter de Guerra Junqueiro estava á altura do seu talento.

* * *

Ha annos caminhava por uma azinhaga de Cintra o poeta Guerra Junqueiro e, alguns passos atraz, seguia quem escreve estas linhas.

N'uma volta do caminho appareceu-nos de repente o rei D. Carlos, a pé, sósinho, trajando á moda popular.

O rei, ao ver Guerra Junqueiro, fez uma paragem momentanea e pareceu-me, não o posso jurar, que apertou na mão, convulsivamente, a grossa bengala que trazia. Tudo isto durou um segundo ou fracção de segundo.

D. Carlos seguiu aproximando-se de G. Junqueiro, pois caminhavam em sentidos oppostos, e este tirou o seu chapeu e cumprimentou com um gesto, que mais parecia de humildade do que de respeito.

Se não posso affirmar que o rei apertou na mão, convulsivamente, a bengala, posso porem affirmar, porque então já estavamos mais proximos, que a sua phisionomia tomou a mais caracteristica expressão de nôjo e de desprezo. Lançou-lhe um d'estes olhares que insultam mais do que uma bofetada.

D. Carlos estava vingado do auctor do Caçador Simão.

Eu, que n'esse tempo só conhecia Guerra Junqueiro pelos seus versos, senti uma certa commiseração pelo homem de quem estava habituado a admirar o talento e para o não vexar mais, para que não percebesse que esta scena vergonhosa tinha tido uma testemunha, parei a pretexto de cumprimentar o rei e de facilitar a passagem, pois o caminho era estreito, e assim me distanciei do poeta, que ficou julgando que unicamente a sua consciencia o podia accusar da sua baixeza.

Não ha quebra de dignidade para um republicano em cumprimentar o rei, principalmente se teve com elle algumas relações pessoaes. Os deveres de cortezia cumprem-se mesmo entre inimigos politicos; mas, quando esse republicano tem, como G. Junqueiro, alem de atacado o rei, insultado o homem, e um dia se encontram a sós (a minha presença era ignorada por G. Junqueiro, que não me tinha visto) cara a cara em condições em que o insultado pode esquecer-se de que é rei, para se lembrar unicamente de que é homem e tem o direito de se desafrontar, um cumprimento, mesmo que não tenha a forma humilde, é uma covardia.

Se os reis podessem, como os outros homens, exigir responsabilidades áquelles que os atacam, não havia tantos Junqueiros, Arroyos, Margaridos, Camachos, miseraveis covardes que insultam mulheres e homens indefesos e escarram sobre cadaveres.

Não, que elles ou os seus filhos podiam fazer-lhes engulir a expectoração pestilenta.

Não posso, sr. redactor, apresentar provas nem testemunhas que confirmem a veracidade da triste historia — triste por deprimente — que acabo de lhe contar. Comtudo talvez haja mais alguem que a conheça. Tenho idéa de que ouvi uma vez alguem do paço alludir a este encontro entre D. Carlos e Guerra Junqueiro.

Lisboa—23—2—10.

De V.

Att.° e vend.
J. L.

(1) Temos aqui uma carta de Vianna do Castello que nos diz que o casarão estava avaliado em 10 contos e foi vendido por 20.

Assumptos MIlitares

Senhor redactor

Para que v, — que está sempre prompto a defender o que é justo e a atacar o que é injusto — e toda a gente de bom senso avaliem como são observadas as leis militares dentro dos proprios ministerios da guerra e da marinha, permitta-me que lhe descreva os seguintes factos, que são realmente dignos de ponderação.

A ordem do exercito n.° 5 de 1909 declara que o alferes de cavallaria nos termos do decreto de 14 de novembro de 1901, José Francisco Lopes, chegou á sua altura para promoção em 4 de fevereiro de 1909, contando a antiguidade de 15 de novembro de 1907; a ordem do exercito n.° 16 declara que o mesmo official é incluido na lista dos officiaes offerecidos para irem servir no ultramar, durante o anno de 1909, por ter provado que entregou a respectiva declaração em tempo competente; e a ordem do exercito n.° 17 promove-o a tenente nos termos do decreto de 14 de novembro de 1901. Tudo isto parece naturalissimo, não é verdade?

Agora desejava que alguem me respondesse ás seguintes porguntas: Qual é a razão porque ao alferes José Francisco Lopes é contada a antiguidade de 15 de novembro de 1907, quando o ultimo official pratico intercalado com os aspirantes promovidos n'esta data foi o alferes José Joaquim Romão, que na respectiva escala estava immediatamente á direita d'aquelle? Como é que o alferes José Francisco Lopes entregou a declaração em tempo competente, tendo o praso para a entrega de tal declaração terminado em 30 de setembro de 1908 e elle só teve conhecimento de que era realmente alferes, pela leitura do ordem do exercito publicada em 22 de março de 1909? Como é que as auctoridades superiores acceitaram um documento n'estas condições, sabendo, ou devendo saber, que era falso?

Mas isto não fica por aqui. O tenente Lopes foi promovido por decreto de 29 de julho de 1909 e ainda se conserva em Lisboa. Agora pergunta-se: Porque é que se não dá cumprimento ao disposto no § 3.° *do decreto de 14 de novembro de 1901*, digo, do art.° 6.° do decreto de 14 de novembro de 1901, que determina que quando os os officiaes estiverem desviados das commissões indicadas no art.° 4.° do mesmo decreto, por tempo que exceda a quarta parte d'aquelle a que são obrigados a servir no ultramar — que n'este caso são 2 annos — sejam mandados apresentar no ministerio da guerra?

Creia, sr. redactor, que muito grato lhe ficará pela publicação d'estas linhas quem se confessa

De V....
admirador e
Leitor assiduo.

19—2—901.

Nem tanto ao mar...

Por curiosidade lá vae isto. Mas, sobre Junqueiro, tem exaggeros! Escrevem-nos:

"A acção moralisadora e profícua do *Povo de Aveiro* no actual momento da vida nacional é manifesta, e todos apregoam a coragem d'um só homem que, d'uma casa isolada da provincia, despede, no meio d'esta tempestade de covardia que a todos nos deprime, os raios de verdade e bom senso que, pouco a pouco, purificarão esta lethal atmosphera de anarchia que nos abafa. O valoroso concurso do *Povo de Aveiro* um dia será devidamente apreciado.

Consolou-n'os ver outro dia, no L. Duque da Terceira, como ao vendedor eram arrancados os *Povos de Aveiro*, pagos a 20 reis. E que bello contraste! O *Democrata* a 10 reis, ninguem d'elle fazia caso. O mesmo se observa em todos os sitios da venda. E' que o instincto do bem, do são e do justo ha-de sempre prevalecer.

Querem já um exemplo da benefica acção do *Povo de Aveiro*? E' o imponente comicio da Liga de defeza dos interesses publicos realisado domingo. Foi edificante! Retintos republicanos verberaram energicamente o *Immundo* do Margarido e o *balcão* do Silva Graça. O Presidente envidou repetidas vezes esforços para conter a onda de indignação contra aquelles dois miseraveis. Quasi impossivel, porem. O que tem infinita graça é o *Margarido* no dia seguinto chamar-lhes *thalassas* e *reaccionarios*. Pobre diabo! Não reparou que mais fez subir a indignação de toda essa gente. E pelo que sei de fonte limpa a venda do *Immundo* vae descendo a galope. E este barometro é infallivel. Nem podia deixar de ser.

Trez são os assumptos obrigados. Este do comicio; Baracho e Marinha de Campos e o de Guerra Junqueiro. E' assombrosamente esmagador!

Quem tal diria, exclamam alguns?! E agora se vão aproximando factos cuja resultante final será a grande victoria, como sempre, do *Povo de Aveiro*. Ora reparem, porque todos devemos honradamente contribuir para sanearmos tudo isto e desmascarar os ladrões e hypocritas. Para se avaliar da *probidade* do grande poeta sabe-se já que, Gonçalves Crespo e João Penha (este que é vivo e sobretudo homem d'honra o confirmará, querendo) publicaram em tempo um folheto apresentando muitos dos plagios, e até em má traducção contidos na velhice do Padre Eterno, de versos inteiros das *Légendes* de Hugo. O livro é procurado com todo o afan. Foi isto dicto n'um grupo de intellectuaes por um dos mais distinctos oradores republicanos, velha guarda, e contemporaneo do *plagiario*.

Por este mesmo velho republicano foi mostrado, n'essa occasião, o celebrado roubo muito falado ha annos, e evidentemente provado, da bella poesia de S. de Passos *na Cruz Alta do Bussaco*—com que fecha o pequeno volume de poesias intitulado — *Vozes sem echo*, — impresso em 1867 na Imprensa da Universidade, tendo no alto da pagina — Guerra Junqueiro, e a meio o verso de Musset—"*Mes premiers vers sont d'un enfant*„—. E accrescenta o honrado republicano: saibam, que, tanto o folheto de Crespo e Penha, como este volume são rarissimos, por quanto o grande poeta percorreu todo o paiz procurando-os por todos os alfarrabistas e offerecendo premios a quem lhos alcançasse.

Para o desapparecimento do volume de versos concorreu tambem a troça feita, pelo Eça e Ramalho, aos versos de E. Vidal, nas "Farpas„, e Junqueiro, orgulhosissimo, como apresentava exactamente a mesma *maneira*, não supportava a menor critica desfavoravel. Consta-nos que se soube isto na Havaneza e que o dr. João Taborda commentando dissera — "Ah! conheço-o de laranjeira. E' da minha tarra. Judeu puro. Filho e neto de perro. Tambem tem *rabiósque*.„ Dizem que foi um successo de gargalhada o feliz dicto do Taborda.

Alem d'isto, é por demais sabido que, em tempo, envergando um grande varino de capuz, atado á cinta, peregrinou pelo alto Minho e Traz-os-Montes visitando os diversos casaes aconselhando receitas, e evangelisando conciliações, pedindo *apenas*, como *recordação*, qualquer objecto antigo de valia que observava, e por esta forma chegou a formar um importante *bric-á-brac* que lhe rendeu bons contos de réis. Realisava o bom dicto do Taborda—*Judeu*

Mais ainda. No Martinho nos contaram que, por occasião do apparecimento do volume a *Patria*, que foi muito reclamado, impoz a condição de adeantamento do dinheiro antes do livro ser posto á venda e se expatriou, tendo a certeza da apprehensão do livro (1) e portanto *quebrada a grilheta* do *interesse* ao idiota do editor.

Ora cesteiro que faz um cesto, faz um cento. Por isso que admirar o roubo de connivencia com o Liborio, feito a El-Rei D. Carlos? De resto todos os d'uma certa roda aqui o sabiam. Tem muita graça aquella do bilhete anonymo de qualquer malandrão determinar um grande poeta a partir immediatamente, e alcançar do socio (que menino! o Liborio) a declaração, que equivale ao dicto do frade mettendo as mãos nas mangas — "Por aqui não passou„—. Tão pouco fino como isto. E' que os ladrões, quer dizer os plagiarios por maiores poetas que sejam facilmente se descobrem.

Por aqui ficamos hoje que esta já vae longa.

Pr'a outra fallarei da onda de covardia do Borracho, Villacinha, Marinha de Campos etc. Perante a moral, o bom senso, a disciplina militar e social até perante o proprio patriotismo, o caso Borracho-Villaça-Sarmento é uma verdadeira vergonha nacional, diziamos um amigo. Venceu a canalha representada no *Margarido* que no *Immundo* annunciou triumphantemente a memoravel victoria. E para quê? Somente pr'a promover um surdo, e quasi cego a general de divisão. Commettam-lhe o commando de uma divisão. Alem dos defeitos physicos, onde as qualidades de commando a que sobretudo se deve attender? Desgraçado paiz!!!

Agua á jarra, pois. E viva *O Povo de Aveiro*.„

(1) Não foi apprehendido.

Por absoluta falta d'espaço retiramos alguns artigos, entre elles um sobre a questão do pão em Lisboa.

Collegio Militar

. . . Sr.

Tenho visto com verdadeira admiração no seu jornal *O Povo de Aveiro* a maneira como V. combate os quadrilheiros da politica do nosso desgraçado Paiz, que, se não houver uma mão de ferro que os esmague, tem certamente os seus dias contados.

O arrojo com que V. os anniquila, ha-de forçosamente fazer acordar os indifferentes que bem merecem o correctivo proprio da sua conducta, porque estou certo que só despertarão quando tudo esteja em condições de nenhum remedio, mas deveriam só elles soffrer as consequencias da sua indifferença.

Com a coragem de V. desejava ver uma duzia de individuos para assim melhor se deffrontarem com estes bandos de salteadores que têm feito d'este desgraçado paiz o seu campo de operações, enchendo-se e enchendo os seus amigos, não tendo em nenhuma consideração os interesses dos que lhes não são apaniguados. Como vi no ultimo jornal de V. uma referencia a alguns escandalos praticados no Collegio Militar, despertou-me o ensejo de contar a V., mais um, comquanto ninguem extranhe o commettimento não só d'esses a que al tadiu como de muitos outros, porque actualmente é materia corrente e parece que devidamente auctorisados, visto que este mal já parte da origem.

Em 1908, pedi que meu filho José fosse admittido á matricula da 1.ª classe do Collegio Militar como pensionistas Estava, é claro, o candidato habilitado com o 2.° grau de instrucção primaria e tinha 10 annos de edade, que completou em 10 de julho do mesmo anno, portanto com mais de 10 annos e menos de 11 como estabelece o respectivo regulamento.

Escusado será dizer que havia muitos pertendentese a maioria filhos de individuos de maior graduação que a minha! Logo que se aproximou a epocha da escolha dos candidatos, que obedece, desnecessario será dizel-o, a quem melhores empenhocas arranja, não pensei em pedir a ninguem porque sempre me repugnon a empenhoca, mas, levado por conselhos de alguns amigos, resolvi pedir ao general Gorjão que commandava ao tempo a divisão em que actualmente sirvo, mas em termos claros e precisos, que desejava que meu filho fosse admittido no collegio, mas sem prejuizo d'outros com mais direito, mostrando-lhe comtudo toda a legislação relativamente ao assumpto. Em vista do meu pedido e do que o mesmo general viu, pareceu-lhe que os menos graduados deveriam ter a preferencia em vista do preceituado para a passagem de classe de porcionistas para a de pencionistas, o que parece nunca se ter seguido.

Resolvida a escolha, foi publicada a primeira relação, na qual não vi o meu filho incluido. Instei com o mesmo general para que o meu filho fosse admittido, porque não me conformei com a preterição e alem disso por me constar serem admittidos mais candidatos, como effectivamente aconteceu. Tendo ido a Lisboa o mesmo general e na occasião em que ali se encontrava foi publicada a segunda relação, onde tambem o meu filho não vinha incluido. Fiquei deveras contrariado por julgar que a admissão obedecia simplesmente á empenhoca. Regressou o mesmo general de Lisboa, disse-me: "Fallei com o ministro o qual disse-me que não era possivel a admissão de seu filho este anno, que pode esperar mais um anno e que teve de attender aquelles que estavam dentro do limitte, mas que o seu entra com certeza para o anno, porque então está dentro do limite.„ Conformei-me porque achei em parte justo e ao mesmo tempo alimentei a esperança de que no anno findo fosse admittido.

No anno findo requeri e como já tinha saido o ministro de então (Sebastião Telles) e estava o Cardeira, nada consegui sendo o meu filho preterido por outros que já tinham (parece-me que tres) um irmão como spenionista ou porcionista e d'entre todos os admittidos a maioria filhos de camaradas de menos graduação á minha e alguns, segundo me consta, com meios de fortuna e eu apenas com o soldo de tenente e com tres filhos para educar.

E' um collegio só para ricos como se prova pelo que cita o jornal de V. e para alguns bafejados pela sorte. Os outros não tem direito á vida.

A ordem do exercito n.° 18 (1.ª serie) de 31 d'outubro de 1908 ficou em 195 o numero de alumnos porcionista, sendo 139 pertencentes ás classes do exercito e da armada e 56 á classe civil.

A' ordem do exercito n.° 21 (2.° serie) de 18 de setembro de 1909, admitte no collegio como pensionistas 10 alumnos pertencentes á classe do exercito e 2 á da armada. Como porcionista da classe do exercito, 18, da armada. 3 e da classe civil 6—total 39.

A ordem do exercito n.° 15 (1.ª serie) de 5 de novembro de 1909 fixou o numero de alumnos porcionistas das classes do exercito e da armada em 149.

Em virtude d'esta ultima ordem não resta duvida que deviam ser admittidos mais 10 alumnos porcionistas das classes do exercito e da armada, visto que o artigo 14.° do decreto de 11 de dezembro de 1851 preceitua poder ser augmentado o numero de alumnos conforme a capacidadde do edificio. E' caso para se perguntar que motivo deu logar a não serem admittidos mais os 10 alumnos. Não é assim?

O artigo 14.° diz: "Poderá haver alumnos porcionistas até ao numero que a capacidade do edificio do collegio der logar, quando satisfaçam ás condições.„

Parece que nenhum dos 22 candidatos que estavam dentro do limite de edade e que foram excluidos no anno findo, satisfazia ás condições exigidas. Será este o motivo?

No numero de pencionistas admittidos no anno findo coube a filhos de:

Tenente coronel	1
Majores	2
Capitães	11
Tenentes já fallecidos	11
Tenente	3/4
	18

Veja-se a bella porporção a que obedeceu a admissão.

Como se explica isto e tudo mais que se está vendo? A devassidão em tudo e em todas as individualidades que desempenhan cargos politicos. Parece que tudo se transformou com o ambiente das secretarias d'estado.

Tenho mais um filho que este anno deve fazer exame do 2.º grau, mas não penso em requerer a sua admisão no collegio porque não quero passar por mais outra desillusão. Para quê?

Peço a V.ª a subida fineza de fazer no seu desinteressado jornal que se regulamente a ordem de preferencias para a admissão no collegio Militar, definindo-as mas com claresa, para que cessem os abusos que necessariamente affectam a disciplina pela falta de confiança que manifestamente se observa não só n'este caso como n'outros que estão ao arbitrio d'um politico, não obstante eu não pensar mais em Collegio Militar por varias circumstancias que me abstenho de expor a V.ª

Depois de tantos annos que deixei de servir com V. em caçadores n.º 2, sendo V. tenente da 2.ª do 2.º e eu 1.º sargento da 3.ª do 2.º, nunca pensei em que o seu valente jornal me despertásse o ensejo de escrever-lhe por este motivo a que espero me releve a minha ousadia, atrevendo-me a isso por confiar na sua bondade e elevado caracter que em muita consideração eu aprecio.

Sempre que entender e lhe possa ser prestavel n'esta cidade, creia que terei immenso prazer em lhe ser agradavel.

P. S.

Relativamente ao general Baracho lembrei-me de dizer a V. que a pena de inactividade que lhe foi imposta inhibia-o de residir na area da 1.ª divisão um determinado tempo, isto pelo que se deprehende do seguinte artigo do regulamento disciplinar, mas não houve a coragem de lhe dar cumprimento e foram-no mimoseando-o com a commissão nos negocios estrangeiros.

"Artigo 41.º A pena de inactividade importa a transferencia do official para outra divisão e inhibe-o de ser collocado durante 3 annos na divisão, e, durante seis, no corpo e na localidade onde lhe tiver sido applicada a pena.

A GRANDE QUADRILHA

Sr. director d'*O Povo de Aveiro.*

Como V. muito bem sabe fui eu quem, a proposito da carta de um aspirante de fazenda *monarchico até ber*, lhe escrevi sobre a protecção escandalosa que o sr. Vasconcellos Porto tem dispensado a dois republicanos dos mais assanhados e militantes, que, á sombra d'essa protecção, se teem arranjado e mais á familia. Não citei nomes porque o meu intuito não era prejudicar os austeros cidadãos, cuja consciencia incorruptivel se sente satisfeita amparada pela immoralidade do regimen contra o qual tanto vociferam, mas apenas mostrar que a monarchia está sempre prompta, e até por intermedio dos que se dizem seus mais ferrenhos defensores, a proteger os que contra ella fazem uma desbragada propaganda de demolição e de odio, deixando ao desamparo os que por ella trabalham e soffrem. O que eu não suppunha era que essas considerações trouxessem a publico os nomes dos felizardos e que um d'elles viesse ao seu jornal dar-se ares de pessoa cordata e respeitadora, sendo na realidade exactamente o contrario.

Confesso-lhe que ao lêr o *Povo de Aveiro*, no ponto em que o sr. Mella deita a sua prosa fiquei atonito. Esfreguei os olhos e tornei a ler porque me parecia impossivel tanta audacia em dizer tanta mentira. Mas era verdade! Depois, porém, da segunda leitura achei aquillo tudo muito natural. O homem era o mesmo que toda a gente que o conhece de perto sabe que é. Tratando muito bem com sorrisos agradaveis na presença as pessoas que o cumprimentam e dizendo para os que ficam:

"Conhece este f. p. ou este c. ou este s.?"

Era o mesmo homem! O mesmo que, apertando a mão a Estacio ou a Ferreira, na presença, com salamaleques, na ausencia os cobria de epithetos mais que desrespeitosos porque chegavam a ser infames e sempre calumniosos, diga-se em verdade.

A sua carta, pretendendo fazer do *Povo de Aveiro* cumplice das suas trapalhices, retrata bem o republicano austero, o veneravel maçon, inimigo do regimen, mas sugando d'elle por intermedio dos seus homens em evidencia, tudo o que apanhar d'esse odiado regimen para si e para os seus.

E essa carta em que tanto se alarteiam qualidades de caracter, de rectidão e de justiça photographa bem o pharmaceutico que tendo uma carreira e uma reputação com alardes de trabalho, deixa um bello dia tudo isso para ir ser um burocrata com a aggravante escandalosa, de, preterindo uma multidão de individuos, que trabalhavam e sabiam, entrar como chefe da sua repartição em que, do serviço, sabia muito menos que o continuo que lhe guarda a porta. E' o mesmo Mella, o mesmissimo. Insultando Estacio que o foi buscar ao Barral para lhe dar 65$000 reis de ordenado e percentagens e ridicularisando Ferreira, que subscrevia as asneiras de Estacio e que no final foram dois tolos como muitos outros, porque nunca chegaram a descobrir a duplicidade infame que os explorava, os prejudicava e os ridicularisava.

E o mesmo Mella, o mesmissimo, que, republicano radical e prompto a atirar bombas de dynamite das janellas, vae chuchando a têta monarchica para si e para a familia sob a aza protectora do sr. Vasconcellos Porto, o *grande talassa*.

Enganou-se porem, o sr. Mella com o *Povo de Aveiro*. O sr. Mella que explora a bondade e a boa fé alheia a proposito de tudo e que tem enganado o honradissimo homem que está á frente da administração da Casa Cadaval fazendo-o cumprir das *boas acções* que ao diante se explicam, vae ser submettido a provas porque não espera.

Isto aqui é o pelourinho da mentira e da patifaria e, para isso, o illustre director do *Povo de Aveiro* arrisca diariamente a vida em defeza da Verdade.

Comprehendemos que o sr. Mella, vendo em perigo o edificio de trapalhices, mysterios e mentiras, com que pela vida fóra se vem arranjando, se agoniasse ao ver-se descoberto, presentindo que o tempo antigo não é o presente.

Mas vir com attitudes de fanfarrão dar-se ares de victima e alardear qualidades que nunca possuiu para ver se ampara ainda as protecções com que se tem enchido, isso é que não hade passar.

Vamos pois aos factos.

Começou o sr. Mella por ser administrador da pharmacia dos srs. Estacio e Ferreira e n'esse logar ganhava não sabemos quanto, mas administrava por tal fórma que ao passo que os patrões se fartavam de perder dinheiro, a ponto de terem de valorisar as suas partes formando uma companhia, o sr. Mella, administrador das suas finanças se tornava n'essa altura, como elle proprio confessa, credor dos patrões de mais de um conto de reis.

Mas ainda não pára aqui a sciencia administrativa do sr. Mella, porque ao passo que os accionistas da companhia deixavam de receber dividendo, o sr. Mella tornava-se proprietario de uma quinta em *Caes Aquá* e de varios terrenos no mesmo sitio. Não nos quiz o sr. Mella revelar o mysterio d'esses factos, tanto mais de admirar, se notarmos que ganhava 65$000 reis por mez e percentagem pequena, tendo familia a sustentar e filhos a estudar, ao passo que tanta gente com os mesmos rendimentos não consegue juntar vintem. Não ficam porem, ainda por aqui os meritos administrativos do sr. Mella porque ao mesmo tempo arranjava uma cohorte de amigos para se ir amparando pela vida fóra. E em todos os partidos . . .

E não ha nenhum, d'esses amigos, sr. director do *Povo de Aveiro*, que ao ver a carta do sr. Mella se não tenha admirado de que elle renegue assim tão cruelmente e tão solemnemente a qualidade mais saliente que o distingue — a má lingua temperada com uma dose de espirito carroceiral que ás vezes chega a ter graça, mas graça canalha, está claro.

Sobre Estacio cahiram sempre os peiores epithetos. Nunca lhe perdoou ser um homem intelligente. A sua habilidade profissional e a sua competencia administrativa, eram constantemente chasqueadas, e cobertas de ridiculo e de insultos. Isto é por demasia conhecido e o proprio Estacio o sabia muito bem e creio que despresava tudo isso. Depois que sahiu da pharmacia e que Estacio de lá sahiu tambem, é que o sr. Mella passou a ser um paladino d'aquelle e a achar-lhes as qualidades que até ali lhe negava, mas, tudo com o fim de vingar-se de um homem que tambem foi seu patrão, a quem não perdôa o tel-o ajudado a arrancar do Limoeiro indo ao tribunal a pedido e com grande favor abonar-lhe o comportamento mas não se prestando, como tambem se pretendia, que levasse a sua complacencia a ser cumplice da infamia que se pretendia fazer ao socio ausente.

E tão profundo é esse odio que o sr. Mella não teve pejo de ir para uma assembleia da companhia para, a proposito da defeza do seu ex-patrão, Estacio, patentear o seu rancor, a ponto de varios accionistas, e entre elles o sr. dr. Victor dos Santos, se levantarem indignados e verberarem esse enxurro mellado e vergonhoso, fazendo remetter ao silencio embatucado e corrido, o magriço de serodio do sr. Estacio e a quem este deve uma parte da sua desgraça.

Passemos agora ao negocio que o sr. Mella arranjou na escada ao lado da pharmacia e que parece ter sido o que mais engulhou o honrado maçon e integro cidadão republicano.

O caso não o podemos contar com todo o rigor mas nas suas linhas geraes passou-se da forma que vamos expôr, não nos esquecendo de pedir ao sr. Mella, que nos venha esclarecer nos pontos em que fômos obscuros, e documentalmente nos desminta nos pontos em que entender que faltamos á verdade.

O sr. Mella foi á casa Cadaval arrendar a escada ao lado da pharmacia. Ali teve que explicar que a entrada era destinada a um estabelecimento de sementes e para uma sociedade de que elle fazia parte e mais um amigo. A escada foi arrendada sendo o recibo passado não em nome do sr. Mella, mas de uma firma em que o sr. Mella discretamente se occultava no C.ª do estylo.

A sociedade, e não o sr. Mella só, teve que pedir por meio de uma letra, dinheiro para montar o estabelecimento, armação e fazendas, dinheiro que parece se gastou todo ou quasi todo n'isso. O sr. Mella por estar alli junto era o encarregado de tomar conta do estabelecimento visto o outro socio estar quasi sempre fóra.

Tudo fazia prever que a administração da casita seria esplendida dada a competencia com que o sr. Mella, ganhando um modesto ordenado, sustentava familia, educava filhos, e ainda por cima comprava terrenos e quintas. Mas qual historia! Pouco antes de findar o primeiro anno o estabelecimento fechou tendo feito uma receita que, segundo nos consta, estava longe de cobrir a despeza.

O sr. Mella dizia que não queria mais saber de tal e que arrendaria a casa se o socio estivesse de accordo.

Mas pouco depois a casa reabriu sob a direcção do socio do sr. Mella, que alli perdeu tempo e a fornecer para poder fazer negocio. Foi por essa occasião que o sr. Mella tendo sido avisado de que a pharmacia lhe poderia manter o ordenado mas lhe retiraria a percentagem, elle, que ali estava ha tantos annos, que ali ganhara honradamente o que possuia e com os seus lindos olhos e palavras conquistara logo, amisades em todos os partidos, tratou sempre guiado pelos mais bellos sentimentos, de mandar tudo isso ao diabo, e safar-se para a Companhia Real.

E o ordenado aqui era apenas de 50$000 reis mensaes, mas havia a concomitancia de ser agente de compras, o que poderia dar muito.

A pharmacia ainda, é verdade que por uma contemporisação como tantas outras inexplicavel, continuava a dar-lhe 30$000 por mez, por um serviço que o sr. Mella fazia em uma ou duas horas á noite, mas no fim de dois ou tres meses as reclamações dos freguezes sobre tal serviço eram de tal ordem, que a direcção da companhia "Hygiene" se viu obrigada a despedil-o não sem o ter feito avisar indirectamente por algumas vezes.

Por essa occasião vociferava elle:

— Devo isto aquelle malandro do Estacio, que, vendo-se desgraçado, quer ganhar mais estes 30$000 rs.

Mas o sr. Mella teve sempre habilidades para levar a vidinha. Como lhe falhassem aquelles 30$000 réis tratou de arranjar d'onde elles viessem e como o socio se ausentasse de Lisboa em serviços que tinha por fóra tratou de se apossar da administração da casa e fazer o seguinte: contas a pagar, quem as devia era o socio; contas a receber, quem as embolsava era elle. Isto tudo tem testemunhas.

Chegamos á historia da fallencia.

O sr. Mella viu que o negocio da *loséca* não era mau, e concebeu o plano de se apoderar d'aquillo. Tendo tomado a administração sem opposição, porque o socio nunca suppoz o que elle preparava, começou por despedir o homem que elle proprio escolhera para fazer a escripta e que era de toda a sua confiança como o era o caixeiro por elle tambem arranjado.

Passou primeiro para seu nome a licença do estabelecimento e, chegado o semestre, foi á casa Cadaval e empregando os meios em que tão perito é na exploração da boa fé alheia tratou de convencer o honrado e venerando administrador d'aquella casa a passar-lhe o recibo em seu nome, fazendo-o assim cumplice de um roubo descarado ao socio.

O plano do sr. Mella, era completo, mas, tem razão o inclito cidadão, ha sempre um *mas*, as coisas complicaram-se.

A sociedade requisitara por differentes vezes aos bons a Companhia ingleza Tinoca Limited, com succursal na rua de S. Paulo d'esta cidade. Segundo o processo existente no Tribunal do Commercio a divida era de tresentos e tantos mil reis.

A maior parte d'essa divida era, porem, proveniente de um vagon completo de superphosphato remettido para Mirandella para um medico que ali ha, muito amigo do sr. Mella. Convem explicar tambem que o sr. Mella era o caixa da sociedade e que recebia todas as quantias com que ella girava.

Ora a Companhia *Tinoca* queria ser embolsada do seu credito e o sr. Mella dizia que nada lhe devia. A mudança pois de nome na loja e o mandar fazer um carimbo em que chamava áquillo *Havaneza Central*, era uma cajadada com que elle pretendia pôr o socio na rua e não dar vintem á *Tinoca*. Plano mais honesto, como se vê, só o do Leandro com o armazem da rua da Magdalena.

Mas, sempre o tal *mas* incommodativo, que matou as 14 pessoas no incendio e que encravou o Leandro, mas, diziamos, a *Tinoca* entendeu, e muito bem, que se o socio não refilava com a burla, ella é que não estava pelos ajustes, e foi pelo caminho mais curto para receber o seu dinheiro, requerendo fallencia á firma, com o appendice de que pretendiam descaradamente burlal-a. O juiz, ante a exiguidade do credito pedido, e porque no processo não havia provas bastantes, procurou saber primeiro o que tudo aquillo significava e mandou alguem do Tribunal informar-se antes de mandar seguir o processo.

Este alguem deixou recado ao sr. Mella para marcar hora para se encontrarem, mas aquelle cavalheiro, com a urbanidade e delicadeza de que faz alarde na sua carta, respondeu, sabendo d'onde vinha o recado, que nada tinha que fallar. A' terceira tentativa de entrevista, o juiz, zangado, mandava dizer que ou ia fallar-lhe ou iria lá fechar-lhe a porta, ao que o delicado e urbano e respeitador sr. Mella respondeu textualmente:

Pois diga-lhe que venha que eu cá tenho um cacête atraz da porta para o receber.

E, preparadas as coisas, o juiz indiciava a firma como fallida fraudulenta e cumpria a sua promessa fechando-lhe a porta. Quando procedia a esse acto apparecia o valente Mella esbaforido e, está-se a ver o cacete em acção, deixava-se levar muito brandinho e a chorar. Os fanfarrões liquidam sempre assim. Passou então a explorar o choro e foi chorando que elle conseguiu que os seus apaniguados lhe acreditassem a historia do socio, n'essa occasião era socio e não era o tal *amigo que encarregado da loja abusou da* sua confiança. Mas no meio d'aquillo tudo guardou-se sempre de apresentar a escripta onde tudo se poderia esclarecer e, nem mesmo agora a apresentará para esmagar a calumnia que se atreve a incommodar-lhe a digestão.

Mettido no Limoeiro, tratou-se de o arrancar de lá. Mas o juiz, seriamente offendido pelas insolencias do delicado cidadão, era o peor obice a vencer. João de Menezes, chamado á pressa para o defender e tendo percebido toda a marosca, recusou-se a seguir com a defeza.

Recorreu-se então ao dr. Victor dos Santos, que, alem da sua competencia para resalvar a trapalhada, tanto mais que o bom Mella nos primeiros interrogatorios se estendera rasamente escapando-lhe a bocca para a verdade, tinha a vantagem de se tratar por tu com o juiz de quem havia sido condiscipulo. Mas o juiz estava teimoso. Foi preciso que o sr. Vasconcellos Porto, então ministro da guerra, fosse pedir. Accedeu o juiz e combinou-se que a defeza seria allegar que o filho era o dono do estabelecimento e não elle. O caso em todo o processo é phantastico, pois que o filho era menor, mas tudo se fez.

E assim foi que elle passou muitos incommodos, segundo confessa, dando-se ares de martyr, inchado de virtudes e por ellas padecendo.

E aqui está a resposta a uma parte da carta do sr. Mella, ao qual, para nossa confusão completa, para, a exemplo do grande Guerra Junqueiro, seu correligionario, fulminar o *Povo de Aveiro*, pedimos, mas não em papelinhos como os que aquelle illustrissimo cavalheiro arranjou, que apresente n'esta redacção em photogravura ou no proprio documento os seguintes argumentos decisivos das calumnias que lhe assacam:

—Recibos da renda da escada assignados pela casa Cadaval em que se mostre que ella era arrendada pelo sr. Mella ou por alguem da sua familia no anno de 1905 e no primeiro semestre de 1906.—Licenças da camara para o estabelecimento no mesmo lapso de tempo, passadas em seu nome ou no de alguem de sua familia.

E, emfim, todos os documentos, testemunhas e quaesquer provas que convençam o publico de que o calumniam.

E' uma occasião magnifica de mostrar mais uma vez a inflexivel moral da sua consciencia que em nada transige, como deve ser a dos homens que são maçons de verdade e republicanos puros e evangelisadores até á dynamite.

Tem oito dias para sacudir todas essas *calumnias* que ahi ficam, ou 15 se fôr preciso.

Mas olhe que se o não fizer, e deve fazel-o quem se atreve a fallar com a sua altaneria, terá novas surprezas que lhe não são muito agradaveis.

C.

De Lisboa

Como o petardo dos libertarios, sabemos que estoirou a nossa ultima carta entre os *gravatinhas* de certas *alfurjas*. Previamos o effeito e por isso talvez nos explicassemos de mais. Entre sicarios e malandros da peor especie ha os idiotas a que T. Braga se referiu que pensaram fazer, e talvez levem por deante uma devassa para descobrir os traidores! Pobres pedaços d'asnos! Então nós fallavamos . . .

Vão. Recorram ao Botto Machado, ao Margarido e aos outros donos que os illuminem e lavem-lhes as ceroulas que hão de ter que fazer. Nem o Alpoim, nem o Beirão, nem o Teixeira de Souza, nem o Lyrio com o mano e tudo lhes valem. Podem *saquear* o thezouro á vontade. O processo do regicidio ha de ser publicado a seu tempo, mas quem julga da opportunidade da publicação somos nós. Então que pensavam os idiotas? Que nós andavamos a fazer obra, a trabalhar e a gastar, para nos precipitarmos, fornecer pretexto para desmentidos confirmados por governos conniventes? Deem tempo ao tempo. Que se *raspem* para a America ou para a Africa ou para o inferno alguns cumplices, é-nos indifferente. Não pedimos a cabeça de ninguem. Depois de desmascarados os tartufos, que lhe perdoem se quizerem; mas a mascara ha de lhes ser arrancada em homenagem á Justiça, como satisfação aos sentimentos de humanidade offendidos e para a libertação de um povo expoliado e reduzido á escravidão. A nossa ultima carta produziu sensação? Tenham paciencia. Hão de *gramar* alguma coisa que lhe ha de vir da *extranja* . . . que é para custar mais a engulir. Deem tempo ao tempo.

Por em quanto o sr. Juiz de I. Criminal, que suppomos de boa fé, que se acautele.

Creia que ainda ha espiões do *Mundo*, e portanto das *alfurjas*, na policia, nos tribunaes, no Limoeiro, nos ministerios e até no Paço!

Dizemos isto para lhe lembrar que ponha de remissa . . . algumas indicações que tem recebido no ministerio do reino . . . A pista não é absolutamente segura, no caso do regicidio, como o não foi já no caso das associações secretas. Olhe que de todas as indicações que aqui temos dado, ainda nenhuma falhou. Tacteie com mais cuidado o bairro de Alcantara e a encosta do Castello; e se poder apertar, aperte devéras o homem que vendeu a carabina do Buiça, que nada vê, que de nada sabe; embora a Associação dos Logistas se *agonie* . . . Nós a faremos *desenjoar*.

Olhe que o homem da *carabina* pode dar muito. Pode crer.

Cuidado com as pistas falsas.

Porque se não chama a depôr o Juiz Alves Ferreira, e porque se não intimam para justificar o paradeiro no dia e hora do crime do Terreiro do Paço, todos os individuos que a voz publica diz terem estado no local do crime e d'elle serem cumplices?

O medo? Por causa do vexame? Ora adeus.

Ignotus.

O Povo de Aveiro

Vende-se

Aveiro—Kiosque Souza, Praça de Luiz Cypriano. **Lisboa**—Tabacaria Monaco, Rocio; Kiosque Elegante, Rocio; Tabacaria Neves, Rocio; Tabacaria Marécos, Rua do Principe 124, em frente do Avenida Palace; Tabacaria Feliciano Paulo, Rua da Prata 205-207; Tabacaria Ingleza, Praça do Duque da Terceira (Caes de Sodré) 18; Antonio Loureiro, Calçada da Estrella, 59; Tabacaria Batalha, Calçada da Estrella 15; Tabacaria Portugueza, rua da Prata, 16; Tabacaria Rafael dos Santos, rua do Ouro, 124; Tabacaria Bocage, Praça de D. Pedro 36; Havaneza Central, Praça de D. Pedro, 59; João Teixeira Frazão, Rua do Amparo, 52; Alfredo Lourenço de Sá, Rua do Livramento 103; Kiosque Oriental, Praça Duque da Terceira; Tabacaria Viegas, Rua dos Poyaes de S. Bento, 102 a 104; Kiosque Flor d'Esperança, rua D. Carlos I. F. Gonçalves, Rua de S. Bento, 181; A. Ponte Ferreira, Rua Conde Redondo 133 Bairro de Camões; Havaneza aos Pantistas, Calçada do Combro 113; Tabacaria Godinho, Calçada da Estrella, 25; José dos Santos, Rocio, 108; Eduardo Augusto, Rua de Belem, 102 e 103; J. D. Ferreira, Rua Saraiva de Carvalho, 105 B.; João Rodrigues Mattos, Rua dos Cavalleiros, 97; Antonio Marques, Rua da Esperança, 210; José Francisco Martins, Largo do Calhariz, n.º 4; José Pires Gonçalves, Rua da Magdalena, 188-190; Kiosque Largo de S. Roque; Tabacaria Amelia, Rua de S. Pedro d'Alcantara, 47.

PORTO—Tabacaria José Teixeira, Praça de D. Pedro, 9 e 10; Tabacaria Vieira da Cruz, rua de Santo Antonio; Kiosque da avenida superior da ponte de D. Luiz I; Tabacaria Alberto Ferreira, rua Alexandre Herculano, 256; Tabacaria de C. A. Guimarães, Rua Formosa, 290 A; Antonio Pinto, Praça de D. Pedro, 20; Alfredo Ribeiro da Costa, Rua da Lapa, 15-16.

Espinho—Kiosque Reis. **Molta do Ribatejo**—João Baptista Mouro. **Vizeu**—Kiosque do Rocio. **Chaves**—Annibal de Barros. **Villa Real**—Agencia de Publicações de Antonio de Neutel C. da Mesquita. **Alpedrinha**—Manuel dos Santos Tarouca. **S. Domingos de Carmões**—Joaquim Marques de Carvalho Junior. **Pavia**—José Couto Segundo. **Villa Velha de Rodam**—Antonio da Cruz Pinto. **Mangualde**—Bento d'Almeida Campos. **S. Thiago de Cacem**—Joaquim Gervasio. **S. Pedro do Sul**—José Augusto d'Almeida. **Páro**—Francisco Matheus Fernandes. **Evora**—Marcelino Anthero Calça, Rua da Sellaria 19-21. **Cascaes**—José Jacintho D. Cabral, Tabacaria Aurea. **Villa Nova de Baronea**—José Custodio Figueira. **Cortegana**, Alemquer—João dos Santos Pereira. **Paderne**—**Algarve**—Antonio Anacleto d'Oliveira, **Torres Novas**—João Rodrigues Sentieiro. **Amareleja**—**Moura**—Manuel Frade. **Castello Branco**—Vende-se pelas ruas. **Montemór o Novo**—Fortunato Reinato. **Tondella**—Mario do Carmo. **Pedrogam Grande**—Adelino Lourenço dos Santos. **Idanha a Nova**—Christiano Pereira Barata. **Guimarães**—Antonio Araujo Salgado. **Braga**—José Gomes da Silva, Campo de S. Thiago, 24. **Taboa**—Francisco da Costa Carvalho. **Monsão**—João da Silva Guimarães. **Figueiró dos Vinhos**—José Miguel Fernandes David. **Pinhel**—Estabelecimento de D. Josephina da Silva Torres. **Vianna do Castello**—No estabelecimento de Boaventura José de Carvalho; José Antonio d'Araujo Junior, Rua 8 de Maio, 122. **Lamego**—Joaquim Valente. **Castello Novo** (Beira Baixa) João Pereira dos Santos. **Elvas**—Luiz Samuel da Silva. **Povoa**—José Couto Segundo, **Agueda**—Eduardo dos Santos Trinta. **Covilhã**—João Pereira Saraiva. **Figueira da Foz**—João Palhas, Mercado n.º 8. **Santa Cruz da Graciosa**—Antonio Ernesto Esteves. **Fundão**—Manuel Gonçalves Anacleto. **Guarda**—José Antunes de Figueiredo. **Cadaval**—Antonio Lopes Leal. **Sobral de Mont'Agraço**—Arthur Carvalho. **Moura**—José Fragoso de Lima Nunes. **Macieira de Cambra**—Domingos d'Albergaria **Alcochete**—Joaquim Valentim **Santarem**—Vende-se nas ruas **Cezimbra**—Antonio José Pereira. **Angeja**—José Maria Martins dos Santos. **Castello de Vide**—Antonio Lourenço Veliz. **Villa do Cano**—Antonio Martins Florentino. **Serpa**—Celestino Alhinho. **Louzã**—Adelino P. Ense. **S. Bartholomeu de Messines**—A. Cabrita do Rosario. **Mattosinhos**—Agencia Lusitana, Rua Roberto Ivens. **Coimbra**—Tabacaria Central, Rua Ferreira Borges 27; Casa Feliz, rua Infante D. Augusto. **Alcobaça**—Antonio Vazão. **Gouvela**—Manuel A. Manta, Rua Braamcamp **Leiria**—Jayme Monteiro. **Portalegre**—João Gervasio Coelho, Largo da Sé. **Vendas Novas**—Joaquim Mariu de Andrade—o *Varino*. **Setubal**—Manuel Tavares. **Arronches**—Miguel Maria. **Villa Nova d'Ourem**—Antonio José Pereira. **Vianna do Alemtejo**—Joaquim Antonio Carvalho. **Sattam**—José da Cunha Marques. **Escalhos de Cima** (Beira Baixa)—Miguel Maria Tavares. **Lagôa**—(Algarve)—Manoel Rodrigues Rogado. **Villa Viçosa**—Luis Fillippe d'Abreu. **Bragança**—Affonso Augusto Teixeira, Rua do Norte. **Funchal**—Francisco de Senna Lisboa Kiosque da Constituição. **S. João da Madeira**—Venda pelas ruas. **Oliveira d'Azemeis**—Venda pelas ruas. **Albergaria-a-Velha**—Venda pelas ruas. **Estarreja**—Manuel Valente Mattos, Kiosque da Praça. **Porto de Móz**—José Henriques. **Alandroal**—Armando Tavares de Moura Palhas, Pharmacia Caeiro.

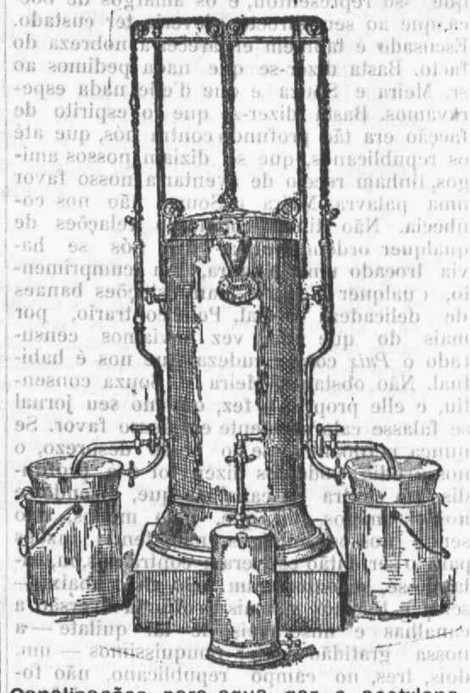
BRAZIL

Rio de Janeiro—Centro de Publicações de Gianlorenzo, Schettino, Travessa do Ouvidor.
Manaus—Agencia Freitas.
Belem do Pará—Centro de Publicações.

A. Anselmo & C.ª

20, LARGO DE S. DOMINGOS, 20

LISBOA



Canalisações para agua, gaz e acetylene. Gazometros para acetylene em chapa de ferro chumbada, com um e dois geradores, os mais praticos, solidos e economicos

Absoluta segurança e simplicidade no funccionamento. O mais perfeito purificador até hoje conhecido. Accumulador interior. Carboneto dividido em secções. Gazometros para bordo. Montagens garantidas e economicas.

Pedir preços e condições a

A. ANSELMO & C.ª

LARGO DE S. DOMINGOS, 20

LISBOA

Tinturaria a vapor

Nettoyage et Degraissage à sec, de *tous les vêtements et ameublements*

Tinge e limpa sem desmanchar todos os artigos de vestuario e mobiliario.

LA PARISIENNE

Tinge, limpa e friza PLUMAS.

Limpa e tinge *luvas, tapetes reposteiros.*

Fabrica e Escriptorio—**Rua Costa Cabral, 489**—PORTO.

SUCCURSAL

383—Rua Formoza—385

[Em frente da PHOTOGRAPHIA BIEL]

Typographia a vapor

DE

O POVO DE AVEIRO

N'esta typographia, montada com material extrangeiro de primeira ordem, todo o typo commum da casa *Bauer & C.ª*, de Stuttgart, todo o typo de phantasia da mesma casa *Bauer* e da casa franceza *Turlot*, orlas e vinhetas decorativas *Turlot*, *Berthol*, de Berlim, e de *Klinkardt*, de Leipzig, machinas de impressão, de picotar, de aramar, guilhotina, dos fabricantes allemães *Albert & C.ª*, de Frankenthal, *Ingenfrost*, de Leipzig, *Dietz & Listing*, de Leipzig, com uma esplendida collecção de typo especial e cartões para bilhetes de visita, com fornecimento de sobrescriptos e papel de toda a ordem, nacional e extrangeiro, executam-se, com a maxima perfeição e preços minimos, para qualquer ponto do paiz, com impressão a preto ou a côres, de simples texto ou gravura, todos os trabalhos da arte typographica, taes como: livros, revistas, jornaes, prospectos, facturas, bilhetes de loja, memorandums, estatutos, circulares, etc., etc.

Toda a correspondencia é dirigida para Aveiro, a **Francisco Manuel Homem Christo,** *proprietario, director e administrador de* **O POVO DE AVEIRO.**

RUA D'ARNELLAS — AVEIRO

TRABALHOS COMMERCIAES

Bilhetes de visita desde 400 réis o cento